



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SILVIA MÁRCIA SANTOS FONSECA MONDEGO

**AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO INTERIOR DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR ANTONIO REGINALDO LOPES E OS DESAFIOS DO
COORDENADOR PEDAGÓGICO**

PINHEIRO

2016

SILVIA MÁRCIA SANTOS FONSECA MONDEGO

**AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO INTERIOR DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR ANTONIO REGINALDO LOPES E OS DESAFIOS DO
COORDENADOR PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica.

Orientador: Prof. Dr. Carlos André Sousa
Dublante.

PINHEIRO

2016

Mondego, Silvia Márcia Santos Fonseca.

As relações interpessoais no interior da Escola Municipal Professor Antônio Reginaldo Lopes e os desafios do coordenador pedagógico / Silvia Márcia Santos Fonseca Mondego. – Pinheiro, 2016.

76 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos André Sousa Dublante.

Monografia (Especialização) – Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Coordenação Pedagógica, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2016.

1. Relações interpessoais – Escola. 2. Ensino – Aprendizagem. 3. Interação social. 4. Educação – Maranhão. I. Título.

CDU 37.064(812.1)

SILVIA MÁRCIA SANTOS FONSECA MONDEGO

**AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO INTERIOR DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR ANTONIO REGINALDO LOPES E OS DESAFIOS DO
COORDENADOR PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos André Sousa Dublante (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Francilene do Rosário de Matos
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr^a. Maria José dos Santos

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela oportunidade recebida e aos meus familiares que sempre me incentivaram ao longo dessa trajetória em busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela coragem e sabedoria proporcionada para enfrentar os desafios dessa caminhada em busca do conhecimento para alcançar meus objetivos.

A Universidade Federal do Maranhão, por ofertar este curso de tamanha importância para a educação maranhense e por nos ofertar professores com elevado conhecimentos que nos proporcionaram riquíssimas interações do aprender.

Ao meu orientador Professor Carlos André Sousa Dublante, pela paciência, humildade e competência de orientação durante toda a realização deste trabalho de pesquisa.

A Tutora do Polo de Pinheiro Sandra Maria Ferreira Alvesque durante essa jornada esteve sempre disponível para dar as informações necessárias durante nossa participação no curso presencial, nas realizações de tarefas e pelo cuidado e amizade construída nesse processo.

Ao amigo e companheiro Clovilson Mondego pelo incentivo, compreensão e apoio para realizar este projeto.

E aos alunos, professores e equipe diretiva da Escola Integrada professor Antonio Reginaldo Lopes e demais pessoas que contribuíram direta ou diretamente durante a pesquisa deste trabalho.

[...] é a construção de relações interpessoais que favorecem a socialização, a apropriação e a construção do conhecimento e o desenvolvimento das potencialidades humanas de alunos e professores.

Celso Zonta e Marisa Meira.

RESUMO

Este trabalho aborda uma reflexão sobre a importância das relações interpessoais no cotidiano escolar e suas influências no processo de ensino aprendizagem a partir de uma metodologia qualitativa utilizando a observação e entrevista no espaço de pesquisa Unidade Integrada Municipal Professor Antonio Reginaldo Lopes, Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, assim como também, em pesquisas bibliográficas de Saviani, (2004); Soares, (2006); Freire (1996) e Placco (2004), dentre outros que fundamentam este trabalho ajudando para ampliar a compreensão sobre as relações interpessoais como um dos elementos imprescindível no âmbito escolar para melhorar a qualidade do ensino e a formação cidadã dos educandos. Justifica-se ainda, a necessidade de ter um espaço escolar harmonioso, pois sendo a escola um espaço social, as relações nela produzidas entre professor e aluno, aluno e aluno, professor e professor e demais funcionários da escola, reforça seu papel de sociabilidade. E nos casos de empatia e problemas de relacionamento que eventualmente acontecem nesse contexto, explicita o Coordenador Pedagógico como o profissional que tem uma contribuição desafiante de criar condições para refletir e fazer as intervenções necessárias para coletivamente resolver essas demandas juntamente com os outros profissionais que fazem parte da equipe diretiva escolar, proporcionando a todos um espaço de aprendizagem baseado em uma relação fortalecida pela afetividade e respeito.

Palavras-Chave: Relações interpessoais. Espaço escolar. Interação. Coordenador. Aprendizagem.

ABSTRACT

This work deals with a reflection on the importance of interpersonal relations in the school everyday and its influences in the learning process learning from a qualitative methodology using the observation and interview in the research space. Municipal Integrated Unit Professor Antonio Reginaldo Lopes, Elementary School 9th year, as well as in bibliographic research of SAVIANI, (2004); SOARES, (2006); Freire (1996) and PLACCO (2004), among others, which support this work, helping to broaden the understanding of interpersonal relations as one of the essential elements in the school context to improve the quality of education and the citizen education of students. It is also necessary to have a harmonious school space, since the school is a social space, the relations produced in the school between teacher and student, student and student, teacher and teacher and other employees of the school reinforce their role of sociability. And in the cases of empathy and relationship problems that eventually occur in this context, the Pedagogical Coordinator explains how the professional has a challenging contribution to create the conditions to reflect and make the necessary interventions to collectively solve these demands together with the other professionals who are part Of the school management team, providing everyone with a place of learning based on a relationship strengthened by affection and respect.

Keywords: Interpersonal relationships. School space. Interaction. coordinator. Learning.

LISTA DE SIGLAS

ECA- Estatuto da Criança e Adolescente.

CP – Coordenador pedagógico.

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC- Ministério da Educação e Cultura.

OE- Orientação de Ensino.

PDE- Plano de Desenvolvimento de Educação.

PPP- Projeto Político Pedagógico.

UFMA- Universidade Federal do Maranhão.

UIMPARL- Unidade Integrada Professor Antonio Reginaldo Lopes.

SEMED – Secretaria Municipal de Educação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E DE INTERAÇÃO SOCIAL	16
2.1 A Escola na história da humanidade: caminhos de sua constituição	21
2.2 Lugar de ensinar e aprender: o papel da escola	32
2.3 Construindo laços de socialização: a interação coletiva	36
3 AS FUNÇÕES DO COORDENADOR (A) PEDAGÓGICO (A): A PROMOÇÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA	38
3.1 A Coordenação Pedagógica: alguns elementos de sua constituição no Brasil	43
3.2 Desafios e atribuições para promoção das relações interpessoais	47
4 AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO COTIDIANO DA ESCOLA: ELEMENTOS NORTEADORES	51
4.1 Caracterização da Escola Municipal Professor Antonio Reginaldo Lopes	55
4.2 As relações da equipe diretiva com a comunidade escolar	57
4.3 As relações interpessoais entre professores	61
4.4 As relações da equipe diretiva com a comunidade escolar	62
4.5 As relações interpessoais entre os alunos	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

No processo educacional, a relação cotidiana entre os diferentes protagonistas do espaço escolar se desenvolve de forma complexa devido à modificação progressiva da convivência humana da contemporaneidade com novos interesses, valores e da diversidade social dificultando as relações interpessoais no ensino.

A escola é um espaço propício para a construção de vários tipos de relação, por ser um espaço social. Entretanto, a escola precisa mudar seus conceitos, suas posturas e reconstruir formas de como atuar mediante a interação com os alunos e demais funcionários da escola, em que todos possam melhorar suas habilidades e competências de saber conviver e aprender a partir do diálogo, do respeito mútuo, do desenvolver experiências pautadas na solidariedade e no afeto, sendo estas formas, uma porta de entrada para que se aprenda de forma harmoniosa.

São constantes os casos de violência entre as crianças, muitos pais já não conseguem dialogar com a escola, o acompanhamento precário dos pais na vida escolar dos seus filhos, há professores comprometidos, amáveis e dedicados, entretanto, também encontramos professores que não conseguem mudar sua postura pedagógica, que continuam no tradicionalismo, sem se oportunizar a fazer a diferença, a buscar o novo, a ver o aluno como um indivíduo que não está ali somente para adquirir conhecimentos científicos, mas também para construir-se como cidadão pautado em valores necessários para a convivência no respeito mútuo, em que ele possa construir seu perfil de vida mediante uma relação enxertada de afetividade que aflorem emoções para a busca do aprender, do conhecer valorizando não só o cognitivo, mas o social, ou seja, o desenvolvimento integral do aluno.

Trabalhar essa temática sobre as relações interpessoais no cotidiano escolar e os desafios do Coordenador Pedagógico, tendo como campo de pesquisa a Unidade Integrada Municipal Professor Antonio Reginaldo Lopes do ensino fundamental do 1º ao 9º ano, visa levar a uma maior reflexão e compreensão das demandas e desafios cotidianos das relações interpessoais existentes no âmbito

escolar, originadas pelos problemas de relacionamentos entre os segmentos da escola que comprometem a qualidade de todo o processo de ensino desta instituição escolar, assim como também, as contribuições que as relações interpessoais podem trazer para a melhoria do ensino aprendizagem, haja vista, que a escola é um espaço social com diversidade de relações e essas relações têm uma grande complexidade no dia-a-dia da escola. Ainda, nesse sentido, enfatiza-se o papel do coordenador a respeito da importância de assumir o compromisso de enfrentar esse desafio desenvolvendo não só em nossos alunos a necessidade de construir um aprendizado baseado no afeto, mas levar a escola a construir situações de aprendizagens bem articuladas para a melhoria das relações interpessoais, como também, fazer as articulações e mediações coletivamente para transformar o espaço escolar, em um lugar que se produza conhecimentos pautados no respeito, amor, amizade e cooperação.

As relações interpessoais são importantes para a vida do ser humano e não é fácil definir com exatidão o que realmente pode-se fazer para amenizar eventuais problemas de relacionamento entre professor-aluno, aluno-professor e demais profissionais devido às circunstâncias imprevisíveis pela qual é construída.

No que tange a complexidade dessas relações interpessoais da escola e na busca de soluções, questiona-se:

Como o aluno vem sendo tratado na sala de aula por seus professores? Qual é o grau de comunicação entre o professores e alunos, os alunos e professores e demais funcionários da escola? De que forma esse aluno vem se relacionando com os demais funcionários da escola? A escola tem criado instrumentos alternativos para resgatar esse aluno?

Tendo em vista proporcionar reflexões da temática proposta, será adotada neste trabalho uma metodologia voltada para uma pesquisa qualitativa, tendo como premissa a observação e entrevistas que com certeza proporcionarão uma gama de reflexão crítica do ambiente escolar Prof. Antonio Reginaldo Lopes, a partir de depoimentos e referenciais teóricos que produzirão conhecimentos concretos, imprescindíveis e relevantes neste processo educacional das relações interpessoais existentes na escola em análise.

Os instrumentos de pesquisa descritos encaminharão para uma observação da relação cotidiana entre alunos e professores, professores e alunos, gestor em relação aos alunos, professores, pais e demais funcionários, coordenador

pedagógico em relação aos alunos, professores, gestão, família e demais funcionários, assim como, a escola com a comunidade escolar na qual está inserida enriquecida pelos depoimentos referente ao tema de todos os envolvidos no contexto.

Em relação ao referencial teórico que servirá de premissa e norteará toda essa reflexão educativa possibilitando novos conhecimentos úteis que vise o interesse da melhoria da convivência escolar será utilizado conceitos e percepções de autores que abordam o tema como Saviani (2004), Soares (2006), Freire (1996), Placco (2004), Silva (2008), assim como outras possibilidades de leitura literária.

Mediante esses pressupostos, o desenvolvimento desse trabalho será distribuído em três capítulos, sendo estes fundamentados e subdivididos em diversos subtítulos que fomentaram uma pesquisa significativa a respeito do tema em estudo.

O primeiro capítulo contextualiza-se a função social da escola, um espaço de aprendizagem e interação social, tendo como atores de referência Saviani (2004), Sacristàn; Perez (2000), Lozada (2015) e outros que diante suas concepções nos levam a refletir a escola como uma instituição reprodutora de socialização a partir das interações de aprendizagem promovidas pela escola, fazendo uma triagem histórica escolar da humanidade e a sua constituição de forma a atender os educandos, de geração a geração, de acordo com as exigências de cada sociedade.

No que se refere ao segundo capítulo, serão abordados as funções do coordenador pedagógico como o agente social que tem uma desafiante e complexa missão de promover no contexto escolar um ambiente harmonioso para interações de aprendizagens significativas construídas no respeito mútuo entre os envolvidos no processo. Nesse contexto ainda, explicitamos um pouco da história da formação do profissional chamado Coordenador pedagógico até os dias atuais, compreendendo suas mais variadas denominações profissionais e sua postura profissional durante a sua atuação escolar em relação aos alunos, professores, diretores e demais profissionais, a fim de compreender a formação de sua identidade, do seu perfil profissional e suas atribuições para promover uma boa relação interpessoal entre todos os envolvidos nos dias atuais.

No que tange ao terceiro capítulo, será elencado aqui as fundamentações referente às pesquisas bibliográficas e de campo realizadas, fazendo referências ao tema, ou seja, as relações interpessoais no cotidiano escolar. Serão abordados aqui, resultados das entrevistas e observações realizadas durante a pesquisa fazendo um paralelo com as leituras literárias de Bezerra e Batista (2007), Sousa e Silva (2008). E ainda, fazendo uma reflexão sobre a atuação do coordenador mediante os problemas detectados para intervenção e resolução do trabalho.

Acredita-se que, por meio deste instrumento de pesquisa, as condições para abordar os problemas aqui apresentados fomentarão múltiplas possibilidades para que a partir desta pesquisa, possa se elaborar, reelaborar e compreender as dimensões pela qual é construída essa relação no cotidiano escolar, pois como CP que faz parte de toda essa vivência complexa é oportuno desenvolver este trabalho pela construção do diálogo satisfatório e significativo para o enfrentamento das demandas existentes nessas relações.

2 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E DE INTERAÇÃO SOCIAL

[...] A formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação, 2013, p.4).

A escola, ao longo de sua existência, sofreu inúmeras transformações, tendo uma historicidade que se constrói no contexto de uma sociedade complexa, sob as mais diferentes formas de aprendizagens da cultura social que é repassada de geração a geração cumprindo a sua função de transmitir o conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Esse projeto inicia-se com as crianças aprendendo as tarefas do cotidiano a partir do convívio com os adultos, chegando-se mais tarde a criação de um sistema de escolarização, sobre responsabilidade do Estado para atender as necessidades de formação para as indústrias e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho e inserção na vida produtiva.

Nesse sentido, a função da escola para desenvolver o processo de socialização das novas gerações é puramente conservadora, garante a reprodução social e cultural como requisitos para a sobrevivência em sociedade (SACRISTÀN; PEREZ, 2000). Assim, compreende-se que a escola, de certa forma, não deixa de ser conservadora, pois, até hoje continua a transmitir conhecimentos à nova geração, sendo estes em sua maioria, oriundos da ideologia da classe dominante, reforçando no interior da escola posturas tradicionalistas que podem contribuir satisfatoriamente ou não na formação do cidadão.

No que tange a escola como instituição social, Sacristàn e Pèrez (2000) fazem uma síntese bastante coerente sobre outras instituições primárias reprodutoras de socialização. Além da escola, eles se referem: a instituição familiar, aos grupos sociais e aos meios de comunicação, evidenciando a complexidade que a escola tem de executar sua função social ante ao poder ideológico das demais instituições não formais que têm influenciado no processo formativo dos membros da sociedade.

Mediante a complexidade dessa função social Sacristàn e Pèrez, afirmam que:

[...] o processo de socialização das novas gerações nem é tão simples, nem pode ser caracterizado de modo linear nem mecânico, nem na escola. A tendência conservadora lógica, presente em toda comunidade social para produzir os comportamentos, os valores, as ideias, as instituições, os artefatos e as relações que são úteis para a própria existência do grupo humano, choca-se inevitavelmente, com a tendência, também lógica, que busca modificar os caracteres desta formação que se mostram especialmente desfavoráveis para alguns dos indivíduos ou grupos que compõem o conflitante tecido social. O delicado equilíbrio da convivência nas sociedades que conhecemos ao longo da história requer tanto a conservação quanto a mudança, e o mesmo ocorre com o frágil equilíbrio da estrutura social da escola como grupo humano complexo, bem como com as relações entre estas e as demais instâncias primárias da sociedade (SACRISTÀN; PERÉZ, 2000, p.14).

Essa abordagem propõe uma reflexão a respeito da complexidade da sociedade, devido ao aumento da população e da necessidade de mudanças no processo de educação, mesmo que nesse processo haja a necessidade de conservação dos conhecimentos, ideias e valores da sociedade. A escola precisa de mudanças que possam atender as demandas da sociedade, (re)construir e reformular seus currículos e metodologias de ensino para transmissão de informações fomentada no desenvolvimento de competências, habilidades e valores que garantam a participação ativa do indivíduo de forma autônoma e crítica.

A escola, historicamente foi construída com a função de promover a formação das novas gerações para seu ingresso no mercado do trabalho. Mas, hoje, é imprescindível que neste universo escolar tenha-se um olhar atencioso e cuidadoso para reconhecer e identificar os diferentes sujeitos que fazem parte desse contexto, assim como também a diversidade e diferenças existentes nessa relação de construção de conhecimento articulada para a promoção de uma educação pautada no multiculturalismo da sociedade brasileira, pois, a escola mediante essas novas exigências da sociedade contemporânea ainda não conseguiu exercer realmente essa função garantindo o direito de todos à educação escolar conforme a Constituição Federal de 1988.

A partir da necessidade de redimensionar seus saberes e fazeres para atender as exigências da sociedade na qual está inserida visando oferecer condições para que os educandos possam adquirir conhecimentos socioculturais produzidos pela sociedade de geração em geração desenvolvendo e ampliando sua

cidadania, torna-se fundamental, explicitar que a escola tem uma dinâmica social e cultural sistematizada visando formar cidadãos críticos que possam atuar de forma autônoma, emancipatória e com valores preponderantes para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Nesse sentido, compreende-se que a escola é um espaço social organizado sistematicamente por meio de normas, regras, práticas e saberes, proporcionando no seu cotidiano inúmeras possibilidades de interações interpessoais entre os autores envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Assim, nessa convivência é inevitável que haja problemas de relacionamento gerados por várias situações, como: divergências de ideias, diversidade social e cultural, personalidade, situação econômica, dentre outras.

Na perspectiva de garantir a todos o acesso ao conhecimento, a instituição escolar precisa compreender que os alunos têm uma gama de experiências sociais com expectativas diferenciadas. Contudo, em muitas situações, a mesma não atende as expectativas nela depositada, nem pela família e tão pouco pelo aluno, resultando na evasão e reprovação, entraves para melhoria da qualidade social da escola pública brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/96 no art. 2º estabelece:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Deste modo, diante dos pressupostos legais a educação é dever da família. Esta sendo a primeira instituição social que a criança faz parte, juntamente com o Estado, tem a obrigação de fazer com que a escola consiga realmente atingir seus objetivos, bem como tenha a liberdade e autonomia para desenvolver o espírito de solidariedade e rejeitar posturas preconceituosas e discriminatórias, assim como, também, não só pensar na formação para a qualificação ao trabalho, mas também o preparo do sujeito para o exercício da cidadania a partir de uma dinâmica na qual a aprendizagem se realize com métodos diversificados proporcionando a formação crítica do aluno, promovendo seu exercício atuante na comunidade em que está inserido e desenvolvendo competências para mudanças do seu meio social.

Apesar da contribuição familiar neste processo está legalmente proposta na lei, não se pode deixar de enfatizar que a participação da família brasileira no cotidiano escolar ainda é muito pouca, pois apesar de estarmos na era da democratização do conhecimento devido o avanço tecnológico, a escola ainda não conseguiu evoluir nessa relação com a família para juntos criarem dispositivos que fortaleçam a vida escolar dos educandos e que possam desenvolver competências, habilidades e valores de forma contextualizada, autônoma e participativa capazes de propiciar uma melhor interação pessoal no ambiente escolar.

Ainda, o art. 3º, inciso XI da LDB Nº 9394/96, estabelece a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. Compreende-se que a escola tem o importante papel de formar para o trabalho, mas essa formação mediante as mudanças dos parâmetros educacionais brasileiro deve ser de forma contínua, ou seja, nos níveis de ensino que contemplam a educação básica (educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior, em que as crianças, adolescentes e jovens ao longo de sua trajetória acadêmica como sujeitos ativos, recebam uma aprendizagem para que aprendam a prender e que a partir dessa construção do saber possam desenvolver hábitos, atitudes, valores, competências e senso crítico visando o exercício da cidadania e preparação para seu projeto de vida, tendo desta forma, uma educação, com uma dimensão que contemple uma formação não só profissional, mas também pessoal e social.

Considerando que a escola tem uma função social plural, devido a relevante evolução da sociedade e pela democratização do conhecimento fomentado pelo avanço das tecnologias, é imprescindível que repense suas práticas, reelabore seus currículos, crie ambientes favoráveis e dinâmicos de interação e de aprendizagem baseado na dinamicidade social que considere a democracia, a participação e a descentralização das decisões e, também, da gestão escolar. Como um espaço em constante construção e transformação, a escola, por mais complexa que seja a rotina pedagógica, deverá criar condições para que os alunos desenvolvam uma aprendizagem satisfatória e significativa para uma participação efetiva nas atividades previamente organizadas.

Na sua função de sociabilidade do cidadão, a escola torna-se um espaço de promoção da aprendizagem a partir de interações estimuladas e organizadas previamente pelo docente na perspectiva de haver modificações de comportamentos

e atitudes intelectuais, psicomotoras e afetivas baseadas em valores morais. No entanto, é importante ressaltar que nesse processo de aprendizagem, os alunos precisam de direcionamento e diversidade de experiências metodológicas fomentadas pelo professor para aprenderem com eficiência e qualidade.

De acordo com Ivic (2010), na teoria vygotskyana a criança não deveria ser considerada isolada de seu contexto sociocultural. Seus vínculos com os outros fazem parte de sua própria natureza. Desse modo, nem o desenvolvimento da criança, nem o diagnóstico de suas aptidões, nem sua educação podem ser analisados se seus vínculos sociais forem ignorados. Nessa interação de aprendizagem, o professor é imprescindível, pois ele é o gestor de sua sala de aula, e como um dos protagonistas deste processo com uma interação mais próxima do aluno é responsável por criar condições favoráveis, dinâmicas, inovadoras e motivadoras de aprendizagem para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Ainda nesta perspectiva, é primordial que a relação entre o educador e educando seja baseada no respeito, na cooperação e em um ambiente saudável que possibilite conhecimentos alicerçados em uma prática harmônica propícia ao desenvolvimento de atitudes positivas e autônomas.

Saviani (2004), ao fazer sua tese sobre educação e política salienta que nenhuma prática educativa pode se instaurar sem o pressuposto de que nessa relação educativa, o educador está a serviço dos interesses dos educandos. Refletindo a partir dessa premissa, a escola como espaço de interação para aprendizagem e de ação pedagógica do educador, deve ser mediada com elementos que problematizem a realidade social do educando e dinamizem a sua atuação cidadã. Nesse sentido:

[...] O educador, seja na família, na escola ou em qualquer outro lugar, ou circunstância, acredita está sempre agindo para o bem dos educandos. Os educandos, por sua vez, não veem o educador como adversário. Acreditam, antes, que o educador está aí para ajuda-los, para possibilitar seu desenvolvimento, para abrir-lhes perspectivas, enuncia-los em domínios desconhecidos (SAVIANI, 2004, p. 66).

Diante desse pressuposto, o autor reafirma a importância do educador na vida do educando, e o educando na vida do educador, e nesta relação, onde o professor cria condições de aprendizagens significativas para o aluno, compreende-se que ainda há confiança pelos educandos, sendo necessário que esta relação

deve manter-se equilibrada e desta maneira contribuir para possibilitar o desenvolvimento do cidadão.

Segundo Lozada (2015) o processo de aprendizagem está ligado às relações interpessoais, pois a figura do professor representa um vínculo favorável ou desfavorável para determinados tipos de conhecimentos, em que na maioria das vezes alguns alunos não aprendem a disciplina porque passam a classificá-la devido a relação que tem com o professor e que, a garantia da harmonia das relações interpessoais na escola e na sala de aula é caracterizada como um verdadeiro fenômeno social estabelecido pelo respeito mútuo.

A rotina escolar é enxertada de ampla diversidade, e nessa diversidade, encontramos profissionais que não conseguem abolir certas posturas tradicionais que dificultam o processo de aprendizagem, sem inovação de pensamento e atitude, bem como sendo incapaz de aceitar sugestões provenientes dos alunos da escola.

A escola, como espaço privilegiado de socialização, tem o compromisso de proporcionar ações que possibilitem desenvolver sentimentos, afetos e emoções que facilitem sua aprendizagem e fortaleça suas bases morais críticas e de cidadania, assim com também, a garantidos direitos sociais, onde todos possam ter as mesmas oportunidades de aprendizagens, independente de suas condições sociais, valores, personalidade, anseios, desejos, frustrações, costumes e cultura.

Diante dessa diversidade, no espaço escolar, são múltiplos os conflitos que são originados nas relações existentes nesse processo, que influenciam diretamente o ensino aprendizagem, pois desmotivam os alunos e criam de certa forma, um clima desagradável no espaço escolar, sendo que estes desafiam a escola a terem competências e habilidades para que a partir do trabalho em parceria com a equipe escolar possam garantir a efetivação desses direitos sociais.

As relações conflituosas no espaço escolar precisam ser mediadas pela escola a partir do diálogo, assim como também, a escola precisa desenvolver ações preventivas, ferramentas alternativas democráticas para intervir e resolver eventuais impasses de relacionamento, para que estes não cheguem a se transformar em uma atitude de violência. Pois, sabe-se que nem todo conflito, é um ato de violência. Portanto, a escola ao mediar os conflitos baseado no respeito e na valorização do outro, estará contribuindo para a construção de um ambiente saudável, construção

de valores e para um aprender em uma convivência harmoniosa e afetiva e sem medo.

Ressalta-se como elementos indispensáveis para tratar das relações de conflitos na escola: o diálogo, o respeito, a confiança no outro, a responsabilidade de cada um, a imparcialidade e competência dos mediadores de conflito, liberdade, autoestima e valorização do outro.

Nesse sentido, considera-se fundamental que no âmbito escolar o processo de ensino aprendizagem deve ser construído mediante uma convivência harmoniosa proporcionando interações estruturadas pela afetividade na perspectiva do aprender por meio do fazer pedagógico, respaldado pelo respeito, pelo diálogo, pela autoconfiança, pela autonomia e pela participação democrática.

1.1 A escola na história da humanidade: caminhos de sua constituição

Os caminhos da constituição escolar têm uma dimensão histórica que perpassa pelas mais diversas concepções, produzidas por uma herança cultural de civilizações ao longo do tempo, a partir das mudanças das relações entre os homens. As primeiras civilizações como a egípcia, a grega e a romana contribuíram consideravelmente com o desenvolvimento da educação buscando formas de sobrevivência e melhoria cultural aprimorando constantemente as alternativas existentes para as relações sociais e buscando na educação um meio para construir e transmitir os saberes construídos.

Assim, é importante compreender a história da educação na antiguidade, pois o processo de ensino, ainda está impregnado de ideologias das sociedades dominantes. Partindo desse princípio histórico, Marrou (1975, p.4) afirma que “somos gregos-latino: o essencial da nossa civilização veio da deles: isto é verdadeiro, num grau eminente, para o nosso sistema de educação”. Neste sentido, compreende-se que a trajetória educacional atual reflete o estilo desenvolvido socialmente durante as civilizações da antiguidade.

Segundo Manacorda (1992) é do Egito que chegaram os testemunhos mais antigos e mais ricos sobre todos os aspectos de civilização e, em particular,

sobre a educação. Salaria ainda que, o processo educativo era voltado para a vida política e destinado aos filhos da classe dominante, não sendo exclusivo ler, o escrever, o calcular e o aprendizado profissional. A educação da civilização egípcia se dava de forma mnemônica, repetitiva, sempre baseada na escrita, direcionada para o falar, a obediência e a valorização da formação mais sistemática do homem político.

De acordo com Manacorda (1992) nessa escola com antigos ensinamentos, apenas o cerimonial e a dialética constituíam-se nos textos escritos e na aprendizagem mnemônica, realizada com o mestre sentado na esteira em um prédio ou debaixo de uma figueira e os alunos ao redor dele.

Nessa contextualização histórica, ressalta-se a educação da Grécia com fortes contribuições para formação da cultura ocidental, pois o povo grego foi o pioneiro na formação das teorias educacionais, em que a educação tinha como princípio, a formação integral do indivíduo, corpo e espírito, tendendo ora para o intelecto por meio de debates, estudo da filosofia, ora para a preparação militar, por meio de exercícios e esportes. Os garotos atenienses adentravam na escola com sete anos, ficando aos cuidados de um *paidagogos* (escravos que acompanhavam as crianças que iam à escola) para o ensino de Aritmética, Literatura, Música, Escrita e Educação Física preparando o menino para ser um bom cidadão com preparo físico, psicológico e cultural. Não existia uma preocupação com a formação técnica para o exercício profissional. Referindo-se à educação das meninas, elas não frequentavam as escolas, ficando sob os cuidados da mãe que lhes ensinavam os ofícios domésticos e trabalhos manuais para um futuro casamento.

Os sofistas, na Grécia antiga, exerciam a função de professores, pois dominavam a oratória e eram habilidosos no uso das palavras, contribuindo significativamente na educação, mediante uma linha de pensamento que se preocupava com a sociedade e o homem. Segundo Piletti (2006), os professores sofistas eram professores ambulantes que percorriam grandes cidades, ensinando as ciências e as artes com finalidades práticas, principalmente a eloquência, em troca de uma elevada contribuição financeira.

No que tange à Educação Espartana, as crianças aos sete anos eram retiradas do ambiente familiar e inseridas em escolas-ginásios para receber formação militar onde aprenderia o manejo das armas e técnicas de lutas intensificadas pelo treinamento intensivo a partir dos 13 até os 16 anos, oferecendo

conhecimento do poder e da coragem devido a fase guerreira e autoritária vivida por Esparta. Por outro lado, na educação ateniense a formação intelectual era valorizada, sendo que a criança a partir dos sete anos iniciava a educação em Educação Física, Musical, Poesia, Canto, Dança, Filosofia e Literatura. Nesse contexto o menino frequentava dois tipos de escola: a escola de música e a escola de ginástica ou palestra.

No século V a. C., tem-se novos desafios para a educação, de não só formar o homem, mas ainda, formar o cidadão. Nesta perspectiva, aparece um novo modelo de educação grega denominada Paideia. Impulsionada pelas transformações sociais e econômicas e, na concepção de que educar constituía na formação do homem como cidadão, tinha o objetivo de formar o homem na vida social, política e cultural baseado em conhecimentos imprescindíveis, para viver em harmonia consigo mesmo e em sociedade.

Nesse contexto educacional da Grécia os filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles contribuíram significativamente na sistematização da educação formal, sendo que, pode-se considerar que o modelo da educação na Grécia influenciou e determinou o desenvolvimento da educação atual.

Por outro lado, na trajetória da constituição escolar, a educação de Roma vem contribuir significativamente na educação atual, pois a civilização romana com suas escolas a partir dos modelos gregos tinha um caráter bilinguista onde as crianças aprendiam o grego e o latim. Analisando este modelo de educação, a primeira época da República foi marcada por uma educação de caráter Aristocrática, onde os patrícios, proprietários rurais e guerreiros eram os beneficiados por essa educação que objetivava ensinar os valores da nobreza e cultuar os ancestrais e heróis, sendo as famílias responsáveis pela transmissão educacional, denominada heroico-patriarcal, onde as crianças aprendiam a ler, escrever, contar, manusear armas, praticar natação, lutar, andar a cavalo para formar guerreiros (REIS, 2009).

Mas, a educação de Roma sofreu profundas modificações quando houve uma nova forma de Estado, o chamado Estado Imperial. Com a invasão da cultura helenística grega em Roma, evidencia-se uma nova forma de pensar a educação com ênfase na literatura e na formação de instituições responsáveis pelo ato de ensinar, baseado nessas mudanças Madjarof relata:

Evidentemente, a família não estava mais à altura de ministrar esta nova e mais elevada instrução. As famílias das mais altas classes sociais hospedam em casa um mestre, geralmente grego - *spedagogu* ou *litteratus*. E, para atender às exigências culturais e pedagógicas das famílias menos abastadas, vão-se, aos poucos, constituindo escolas -*ludi* - de instituição privada sem ingerência alguma do estado. Essas escolas são de dois graus: elementares - a escola do *litterator* onde se aprendia a ler, escrever e calcular; médias - a escola do *gramumatics* - onde se ensinava a língua latina e a grega, se estudavam os autores das duas literaturas, através das quais se aprendia a cultura helênica em geral. Um terceiro grau será, enfim, constituído mediante as escolas *deretórica*, uma espécie de institutos universitários, que surgem com uma diferenciação e uma especialização superior da escola de gramática (MADJAROF, 2011, p.1).

Nesse processo evolutivo da educação, percebe-se que a junção da cultura grega na sociedade romana desenvolveu a criação de escolas em todo o império, continuando ser a elite, a maior favorecida, mas um período de reconstrução educacional, em que nestas relações, o mestre (*spedagogu* ou *litteratus*), ganha seu espaço de trabalho que até então, realizavam em casa.

Na Idade Média, a igreja católica foi imprescindível no processo de educação, assumindo a tarefa de disseminar a educação e a cultura para formação dos nobres. Nesse período a metodologia utilizada nos cursos de Arte, Direito, Medicina e Teologia ofertados em *latim* baseava-se na leitura de textos e na exposição de ideias feitas pelos professores (AGUIAR, 2016). Quando havia debates de um determinado tema em público, as aulas eram animadas, sendo essas aulas chamadas de *scholastica disputatio*, método bastante utilizado por São Tomé de Aquino e denominado de *escolástica*. E ainda, Braga aborda:

Também a escola, como nós conhecemos, é um produto da Idade Média. A sua estrutura ligada à presença de um professor que ensina a muitos alunos de diversas procedências e que deve responder pela sua atividade à Igreja ou a outro poder (seja ele local ou não); as suas práticas ligadas à *lectio* e aos *auctores*, a discussão, ao exercício, ao comentário, à argüição etc.; as suas práxis disciplinares (prêmios e castigos) e avaliativas vêm daquela época e da organização dos estudos nas escolas monásticas e nas catedrais e, sobretudo nas universidades. Vêm de lá também alguns conteúdos culturais da escola moderna e até mesmo da contemporânea: o papel do *latim*; o ensino gramatical e retórico da língua; a imagem da filosofia, como lógica e metafísica (BRAGA, 2012, p.1).

De acordo com as abordagens de Aguiar (2016) e Braga (2012), compreendemos que os modelos e práticas de educação desenvolvidas no período medieval, mesclam-se até hoje no ensino atual, só que de certa forma sabemos que várias transformações ocorreram no seu fazer pedagógico, nas estruturas

organizacionais, nas suas concepções e relações sociais para que a escola desempenhe efetivamente sua função social.

Esse preâmbulo histórico da formação escolar na humanidade leva-nos a entender melhor a organização social da escola no espaço e no tempo, e desta forma poder dialogar com o processo histórico do nosso país.

Assim, os mentores da educação brasileira foram os jesuítas, com a formação de escolas e doutrinação pela via da leitura, da escrita e do canto. As escolas eram obrigadas a seguirem de forma burocrática as normas de conteúdos propostos na *Ratio Studiorum* (conjunto de ordens criado para regulamentar o ensino nos colégios dos jesuítas) que segundo Carvalho (2011) se fundamentou nos princípios da unificação do método de ensino por todos os professores, ênfase na concentração e na atenção silenciosa dos alunos e um processo ligado à repetição e memorização dos conteúdos apresentados.

Mediante o Ratio, a professora Ana Maria Negrão em sua resenha enfatiza um melhor entendimento desse estatuto educacional a partir da obra do Padre Leonel França (1952) que explicita:

O *Ratio Studiorum* preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos; métodos de ensino e de aprendizagem; condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos; os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e atividades escolares; a frequência e seriedade dos exercícios religiosos; a hierarquia organizacional; as subordinações (NEGRÃO, 2000, p.154).

Na verdade esse conjunto de normas pedagógicas elaboradas no sentido de organizar todo o processo de ensino das escolas jesuítas remete uma educação fomentada em valores religiosos e morais, centrada na formação do homem como cristão e mais humano. E dentro dessa dinâmica, já idealiza como deve ser a relação entre alunos e professores nesse espaço de conhecimento. A relação entre professor e aluno baseada nos princípios do *Ratio Studiorum* era pautada na disciplina, no autoritarismo, no respeito às hierarquias estabelecidas, o professor era o dono da verdade e os métodos utilizados eram de repetição e memorização, onde era exigido o esforço dos alunos na sala de aula, pontualidade, atenção para realizar as lições e obediência para permanecer na escola e era exigido ao educando o cumprimento rigoroso das regras.

Freitas, Santos e Azevedo (2015) explicam que era imprescindível que os alunos ficassem em silêncio na sala de aula e não poderiam sair do seu lugar onde estavam sentados. Só era permitido a sua saída com autorização do professor. Deveriam conservar e zelar a sala de aula, os móveis e os objetos contidos naquela repartição. O aluno que faltasse as provas escritas, que não fosse por uma razão grave, não seria levado em consideração no exame.

Entretanto, em 1749 os jesuítas são expulsos do país. Em substituição às escolas de primeiras letras, a Coroa, com a Reforma Pombalina implanta um novo sistema de ensino, com as chamadas Aulas Régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica com responsabilidade do Estado Português e a implantação de Subsídio Literário, um imposto colonial para custear o ensino. Essa mudança ocorreu devido às reformas propostas pelo governo do Marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo realizadas na metrópole e nas colônias portuguesas no sentido de recuperar a economia de Portugal.

A educação com a saída dos jesuítas entrou em decadência, ficou adormecida, pois as reformas pombalinas provocaram uma desorganização e decadência da educação no Brasil colônia. Segundo Azevedo (1976), Pombal não conseguiu, de fato, substituir a poderosa homogeneidade do sistema jesuítico, edificado em todo o litoral latifundiário, com ramificações pelas matas e pelo planalto, e cujos colégios e seminários formam, na Colônia, os grandes focos de irradiação da cultura. Insatisfeito com os próprios resultados, o marquês atribuiu à Companhia de Jesus todos os males da educação, seja na metrópole ou colônia.

Entretanto, em 1772 foi implantado o ensino público oficial e laico, com ideais iluministas. Mas, com a revolução industrial e a urbanização houve necessidade de mão de obra com uma formação mais especializada para atender as demandas do mercado de trabalho da época, defendeu-se a ideia de um ensino Estatal com a filosofia de educação universal, gratuita e obrigatória, dando início a uma acentuada discriminação entre o ensino secundário superior e o primário profissional.

No Brasil, entretanto, as consequências do desmantelamento da organização educacional jesuítica e a não-implantação de um novo projeto educacional foram graves, pois, somente em 1776, dezessete anos após a expulsão

dos jesuítas, é que se instituíram escolas com cursos graduados e sistematizados. (QUEIROZ e MOITA 2007).

Dentro do contexto educacional brasileiro, em 1808 chega a Família Real no Brasil permitindo uma ruptura com a situação imposta pelo Marques de Pombal. D. João VI, chegando ao Brasil, deu um novo rumo à educação, pois criou instituições culturais e científicas de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores como: A academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos superiores profissionalizantes de Medicina em São Paulo (1813) e na Bahia (1815). O curso de Direito, em São Paulo e Olinda, em 1827, e o curso de Engenharia na Academia Real Militar (Rio de Janeiro, 1810). E, antes de retornar a Portugal, em 1820, fundou a Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Na verdade, essas importantes obras educacionais de D. João VI tinham o objetivo de suprir as necessidades imediatas da corte portuguesa no Brasil, sendo que as aulas e cursos criados em vários setores viriam a suprir as demandas da formação profissional no país (PAES, 2002).

Em 1882, foram introduzidas no Brasil as ideias do Movimento da Escola Nova por Rui Barbosa com o ideário de se contrapor ao modelo de ensino considerado tradicional, com práticas pedagógicas rígidas e de acesso de poucos. O Movimento escolanovista, representou um esforço na superação da pedagogia da essência, por uma pedagogia da existência, visou combater a educação dogmática e opressora buscando a pedagogia pela valorização do indivíduo, da socialização e ao mesmo tempo a ampliação do acesso de todos à escola.

As concepções pedagógicas da Escola Nova se fixam na década de 1920, onde a criança passa a ser o centro nas relações de aprendizagens, onde o aluno deixa de ser passivo e se torna um ser ativo exigindo do professor uma nova metodologia que desperte e provoque a curiosidade do aluno a partir de pesquisas e experiências. Este movimento exerceu grandes influências nas mudanças promovidas na educação brasileira. Diante da percepção do movimento escolanovista no país, Hamze descreve:

Na essência da ampliação do pensamento liberal no Brasil, propagou-se o ideário escolanovista. O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade. Então de acordo com alguns educadores, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo

integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático (HAMZE, 2009, p.1).

É interessante, como o movimento desperta em cada um de nós, um sentimento de busca pela justiça e igualdade social e consegue-se perceber que a educação pode proporcionar a reconstrução da experiência de aprendizagem, baseado nos direitos humanos, sendo obrigatório a todos, sem qualquer tipo de discriminação. Apesar de ter muito sucesso, recebeu duras críticas na sua forma de lidar com o ensino e enfim, perdeu forças porque não conseguiu mudar e produzir nas redes escolares o que estava proposto no Manifesto.

As ideias da escola novista contribuíram para a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, liderado e redigido por Fernando de Azevedo, apoiado e assinado por vinte e seis intelectuais brasileiros, dentre eles destaca-se Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Afrânio Peixoto, Delgado de carvalho e Cecília Meireles. Os pioneiros inconformados com a situação da organização e dos métodos educacionais ultrapassados, que correspondiam aos anseios da oligarquia republicana vigente no país, reivindicavam ao Estado, uma escola única, laica e gratuita em todos os seus graus e comum à todos, assim como também, em suas ações mobilizavam a população em relação aos problemas sociais aguçando a necessidade de mudança nos vários aspectos (social, político, cultural e econômico)da sociedade brasileira.

Saviani (2004) entende o manifesto como uma proposta de “reconstrução social pela reconstrução educacional” e o próprio documento relata:

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo(MANIFESTO, 1932, p. 42).

Dentro dos propósitos do manifesto, a educação deve ser integral, dinâmica, sem discriminação de classes, servindo aos interesses do indivíduo e da sociedade com oferta de escola para crianças e adolescentes de 7 a 15 anos comum e igual para todos, pelo Estado. E ainda, tratou das questões da formação docente para atender o educando, mediante essa nova proposta de educação.

Na história da educação brasileira, a contribuição de Anísio Teixeira, pioneiro do manifesto de 1932 foi relevante para a nossa prática atual, suas concepções de escola, baseadas nas influências que recebera do educador John Dewey, estavam voltadas para o social, instrumento de justiça social e amenização das desigualdades sociais reproduzidas pela sociedade colonial. Neste processo de escolarização Anísio Teixeira, em seus ideais, também colocava a formação do docente como algo vital, pois considerava que é uma das profissões em que a formação nunca se encerra.

Nessa trajetória, em 1934, a educação passa a ser vista como direito de todos e dever da família e do poder público, entretanto, era centralizada no Ministério da Educação e Cultura (MEC) até a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), nº4024/61, prevendo os fundamentos, estruturas e normatização do sistema de ensino do Brasil e com a qual os Estados e municípios ganharam autonomia.

Em 1971, emendas e artigos modificaram a LDB nº4024/61, sendo promulgada a LDB nº 5692/7 fixando diretrizes e bases para o ensino do antigo primeiro 1º e 2º grau e estabeleceu um ensino tecnicista para atender o regime vigente com a ideologia do *nacionalismo desenvolvimentista*. (QUEIROZ e MOITA, 2007).

Em cinco de outubro de 1988 foi promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte a Constituição Federal do Brasil, uma das cartas mais importante do país e mais avançada do mundo no que se refere a garantia e proteção dos direitos sociais imprescindíveis para a cidadania e dignidade humana. Na garantia desses direitos, no art. 205 trata especificadamente sobre o direito social educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No seu texto constitucional estabelece a educação como direito de todos os cidadãos brasileiros, dessa forma, entende-se que por sermos um país plural, independe de qualquer etnia, classe econômica e religião, com respeito à diversidade. Responsabiliza o Estado e a família como os maiores responsáveis por esta oferta e cuidados para que as pessoas possam desenvolver as habilidades fundamentais para o exercício de sua cidadania.

A Constituição Federal ainda nos artigos 206, 208 3 213 contempla a educação com seus respectivos direitos dando maior rigor na área educacional para a União, Estados e municípios. A partir da Constituição Federal de 1988, surge novas leis no sentido de fazer valer o que determina os artigos que se referem a educação. Sendo assim, em 20 de dezembro de 1996 é promulgada pelo congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da república Fernando Henrique Cardoso, a LDB nº 9394/96, dando atenção ao currículo do ensino fundamental e médio comum e diversificado, termina com a exclusividade dos vestibulares para o ingresso no ensino fundamental, estabelece critérios para o ingresso de professores, assim como um plano de carreira no sentido de valorizar os professores, dá maior autonomia as escolas, sistemas de ensino municipais e estaduais, assim como outras providências legais que visem à melhoria da educação brasileira.

E ainda, nesse cenário, lança-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) nos anos 2007, regulamentado pela Lei Complementar 130 visando melhorar a educação do país com ações que venham a identificar e solucionar os problemas que afetam o ensino e que combata os problemas sociais que prejudicam a aprendizagem escolar estabelecendo metas para as escolas nos níveis Municipal, Estado e Federal. Outro ponto importante que aconteceu concomitantemente com o PDE foi o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação em comunhão com entes federativos, das famílias e da sociedade com o propósito de melhorar a qualidade de ensino e o desenvolvimento sócio econômico do Brasil mobilizado pela sociedade civil.

Vivemos no mundo globalizado, exigindo da escola mudanças nas suas práticas e fazeres, pois a sociedade é dinâmica, e o processo educacional é dinâmico, então, não poderá no seu contexto ficar estagnada tem que evoluir e acompanhar o ritmo da sociedade. Pensando assim, Santos enfatiza:

A escola hoje, mais do que nunca, tem como papel diante da sociedade, propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais. Neste contexto, o setor educacional tem o papel de possibilitar e de oferecer alternativas para que as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter oportunidade de se reintegrar através da participação, bem como da luta pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania (Santos, 2008, p.1).

Afirma, ainda:

Portanto, um dos desafios encontrados atualmente no setor educacional é a mudança de ideologia impregnada na sociedade, uma alteração da concepção de ensino e do papel da escola enquanto instituição social. Busca-se uma escola democrática, pluralista, que venha valorizar a

diversidade frente às problemáticas sociais perpassadas pelo educador e educando. (Santos, 2008, p.1).

Baseado na concepção de escola de Santos, mesmo diante da evolução da educação brasileira, com as novas propostas educacionais, políticas educacionais e as diretrizes estabelecidas no sentido de acesso e melhoria da educação, a escola enquanto instituição, mediante a diversidade existente, precisa lutar pela igualdade de direitos, está sintonizada e conectada com a realidade social do aluno, ensinar para o combate a qualquer tipo de atitude discriminatória, preconceituosa e excludente mudando sua prática de trabalho.

Mediante todo esse desenho histórico da escola brasileira, percebe-se que já caminhamos consideravelmente e, como educação é construção, e esse construir acontece acompanhando as mudanças existentes na sociedade acredita-se que temos muito a conquistar e a modificar em nossas escolas, pois, a mesma é complexa e depende das relações estabelecidas entre os sujeitos que a compõe (gestor, professor, alunos, pais e /ou responsáveis e demais profissionais da educação).

1.2 Lugar de ensinar e aprender: o papel da escola

A educação escolar, passou por profundas transformações ao longo dos últimos 25 anos e neste cenário destacam-se como marcos legais que contribuíram para essas mudanças, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação N° 9394/96 objetivando a garantia do ensino de qualidade.

Com tantas mudanças, o processo de ensino e aprendizagem, se tornam cada vez mais exigentes e em constante mutação impactando na vida dos alunos e conseqüentemente dos profissionais da educação. Desse modo, há uma necessidade do professor colocar-se como mediador do ensino reavaliando e redefinindo sua postura, seus saberes e suas práticas, assim como também buscar novos conhecimentos.

A palavra **ensinar** vem do latim *insignare*, que significa instruir sobre, indicar, assinalar, marcar, mostrar algo a alguém, tendo uma compreensão mais

ampla pela sociedade como transmitir conhecimento sobre alguma coisa a alguém, lecionar. **Aprender** tem sua origem na palavra no latim *apprendere*, referindo-se ao ato de obter conhecimento teórico através do estudo e memorização ou adquirir habilidades práticas através do treino e vivência (Dicio online em Português 2009-2016). Haja vista, que para colocar em pauta o ato de ensinar e aprender no cotidiano da sala de aula precisa-se de todo um conjunto de elementos que interajam entre si, como o professor, o aluno, conteúdos, técnicas e métodos baseados em concepções pedagógicas e outros instrumentos que dão suporte no processo de ensino em um ambiente escolar de forma direcionada e planejada. Entretanto, as ações que são construídas de forma interativa devem se basear nas expectativas que a sociedade possui em relação ao projeto de escola que forme para a leitura, escrita, cálculo e a cidadania, cumprindo a sua função social.

O ato de ensinar e aprender são papéis imprescindíveis da escola. É nesse espaço que esses processos devem se desenvolver de forma dialogada e recíproca, entre professor e aluno, permeado pela busca de conhecimentos com esforço, dedicação, comprometimento, responsabilidade, respeito e no enfrentamento dos desafios que se apresentam ao fazer pedagógico do professor no cotidiano da sala de aula.

Segundo Perez Gómez (2000), a escola é um ambiente de aprendizagem, onde há grande pluralidade cultural, de significados compartilhados entre o aluno e o professor. A mesma necessita da individualidade e da coletividade, envolve diversos aspectos da escola, ou seja: as relações entre o ensinar e aprender com diversas trocas de informações, a interação de indivíduos que participam da cultura escolar, os processos curriculares, pedagógicos e administrativos, e, ainda, o compartilhamento de informações e interação da cultura escolar.

Essas abordagens de Perez levam ao entendimento de que ensinar é uma ação construída no ir e vir do conhecimento entre professor e aluno, num ambiente atrativo e diversificado que estimule a curiosidade, visando uma formação do cidadão que absorva um aprendizado dinâmico, orientado e integral para que possa compartilhar coletivamente experiências interpessoal, mergulhadas em diferentes possibilidades interativas e baseadas na afetividade das relações interpessoais para a construção e reconstrução de conhecimentos.

O ato de ensinar e aprender estão intrinsecamente ligados pela relação estabelecida entre o professor e o aluno ao ser mediado por objetivos que atendam às necessidades socioculturais dos alunos e desenvolvam habilidades que valorizem o outro e contribuam para a construção do próprio sujeito, sua identidade e potencialidades de forma dialogada e problematizada.

A escola, enquanto espaço de construção de conhecimento, socialização, e inclusão no cenário das desigualdades sociais, assim como, também, um espaço pedagógico e relacional nos leva a grandes reflexões sobre o seu papel mediante as sucessivas mudanças na sociedade contemporânea. Na perspectiva de atender e responder os apelos, angústias e inquietações da atualidade relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, Nogaro considera:

Assim como as pessoas, as escolas que são feitas por pessoas, têm uma tendência de não mudar enquanto puderem permanecer como estão. A mudança gera a necessidade de sair da zona de conforto e de desapego, mas quando não conseguimos suportar uma situação algo precisa ser feito e é aí que devemos buscar uma opção melhor, aí vem a necessidade de mudança. Embora não podemos esquecer que muitas mudanças não acontecem porque queremos ou que seja de nossa vontade, mas são geradas por fatores externos, alheios a nossos desejos e nos parece que é isto que acabará acontecendo com a escola. Muitos fatores externos e indiretamente ligados a ela acabam provocando sua mudança. E nisto há algo bom que é a mudança, mas há que se ter um cuidado para que os objetivos da mudança não sejam alheios aos fins da escola, o que a desvirtuaria de sua função formadora para tornar-se um instrumento a serviço de outros atores do mundo em transformação como a economia e os interesses de alguns segmentos sociais, excluindo novamente o grande contingente que precisa da escola para inserir-se socialmente (NOGARO, 2005, p.1).

Essa preocupação do Professor Nogaro é importante para aguçar nossas reflexões sobre a necessidade de pensar e repensar a escola, uma escola que promova a qualidade no seu fazer pedagógico visando um ensino-aprendizagem que assegure uma formação integral, onde o sujeito possa desenvolver sua criticidade e transformar sua realidade. Nesse sentido, acredita-se que a escola deve buscar meios inovadores e possíveis no sentido de cumprir com seu papel nos dias atuais dando um tratamento diferenciado ao cotidiano escolar, sendo necessária uma nova forma no jeito de ensinar e com posturas renovadas dos profissionais da educação, principalmente o professor, que tem contato direto com os alunos e que precisa constantemente renovar seus saberes e práticas por meio da formação continuada, pois as mudanças sociais aumentam os desafios da escola.

Na perspectiva de compreender o papel da escola, como lugar de ensinar e aprender, de Andrade ressalta:

O papel da escola é transmitir o conhecimento sistematizado, porém a sua função é para além desses conhecimentos transmitidos aos alunos, ou seja, a escola também tem a função de auxiliá-los a terem uma visão crítica e democrática, por meio da transmissão de valores e atitudes. A escola tem um papel fundamental no exercício da formação do sujeito, pois a partir do momento que escola envolver o aluno nos conteúdos elaborados, mas atribuí-lo a sua realidade, estará formando sujeitos críticos e produtivos (ANDRADE, 2013, P.1).

Essa função na construção do aprender está fomentada por uma multiplicidade de saberes que circulam no âmbito escolar e social para formar cidadãos autônomos, críticos, ativos e conhecedores dos seus direitos e deveres, assim como, desenvolver atitudes e valores indispensáveis para conviver e participar da sociedade a qual está inserida.

Nesse sentido, Kembo (2014), salienta que a escola é um espaço relacional, onde alunos de diferentes origens sociais estabelecem, entre si, relações de convívio ligadas aos processos de aprendizagem escolar; estabelecem, também, relações com os processos que se podem caracterizar, na sua essência, pelo seu caráter acadêmico; estabelecem ainda, relações de maior ou menor proximidade com os funcionários. Estas relações têm de uma forma geral, um caráter essencialmente afetivo. E também, segundo Perrenoud (2001), o ensino é uma profissão relacional, que é o professor, com suas palavras, seus gestos, seu corpo, seu espírito, que dá sentido, luz ou sombra às informações que quer fazer chegar ao aluno.

Enfim, no desafiante papel escolar na sociedade atual, considera-se que é de suma relevância que no processo de ensino-aprendizagem se estabeleça um trabalho que promova a socialização do aprendiz baseado em interações entre os sujeitos, ou relação interpessoal saudável, harmoniosa, de afeto, de respeito que com certeza facilitarão a eficácia do processo de ensino. Nesta perspectiva, o filósofo Eudes Silva (2011) retrata que o processo aprendizagem está atrelado as relações interpessoais, sendo que neste âmbito encontram-se infindáveis números de sujeitos, circunstâncias, espaços e tempos. Esta relação social está estreitamente relacionada aos resultados finais de avanços ou estagnações do processo de aprendizagem, pois na sala de aula as trocas interpessoais são incessantes e permeiam todo e qualquer procedimento de aprendizagem.

2.3 Construindo laços de socialização: a interação coletiva

Partindo do pressuposto de que a educação é um processo social e dialógico, em que os indivíduos vivenciam diversificadas formas de interação que são determinantes para seu desenvolvimento favorecendo sua socialização, é indispensável que a escola proporcione atividades coletivas para a construção do conhecimento.

A educação não é algo estagnado e acabado, mas sim um processo dinâmico que pode envolver todos os profissionais da educação em uma prática reflexiva acerca do trabalho pedagógico em condições de atender as demandas da sociedade atual. Neste propósito, compreende-se que há vários entraves de relacionamento para realização de um trabalho voltado para o coletivo, tanto por parte dos professores que elaboram as atividades que promovem a interação coletiva visando a criação de laços de socialização dos educandos de forma recíproca, como também, pela estrutura organizacional da escola, a equipe pedagógica e o próprio aluno, pois está presente no âmbito escolar uma cultura do individualismo e uma gestão escolar centralizada que ainda atua de modo tradicional, sem ainda sentir necessidades de criar espaços para uma gestão participativa e democrática.

De acordo com a doutora de Educação Adelaide Dias (2008), a escola pode propor e sistematizar situações-problemas que envolvam atividades coletivas ou em pequenos grupos, onde crianças e adolescentes sejam convidados a discutir, planejar, executar e avaliar determinada tarefa, só possível mediante a colaboração de todos os envolvidos.

O professor, como gestor de sala de aula, tem em suas mãos a responsabilidade de criar atividades diversificadas de aprendizagens, atividades essas que possam ser encaminhadas para um trabalho que proponha uma interação coletiva entre os educandos, para desenvolver sua socialização e proporcionar conhecimentos não só científicos, mas também, conhecimentos que desenvolva sua autonomia, experiências socioculturais e afetivas e que contribuam desta forma, para uma relação entre os sujeitos fundamentada pelo respeito mútuo, solidariedade, cooperação e responsabilidade necessária à realidade social.

Considerando o contexto escolar como espaço de construção de laços de socialização a partir do leque de relações promovidas pela escola, Jacobus enfatiza:

Na vivência e relação com o outro, na socialização propiciada pela escola, o aluno vai construindo e desenvolvendo sua moralidade, compreendendo as regras necessárias para o convívio social, aprendendo a cooperar e respeitar seu semelhante, enfim, reconhecendo-se como um ser socializado (JACOBUS, 2010, p. 17).

É certo que o processo de socialização contribui para construção da autonomia moral dos alunos, pois experiências do aceitar outro e compartilhar opiniões dos outros caminhará para uma relação interpessoal centrada em atitudes, valores e princípios que favorecem um ambiente saudável de convivência. Coll, Palacios, Marchesi (1995) relacionam a família, a escola e o professor como os agentes sociais encarregados pela socialização da criança ao grupo social, visto que o espaço escolar estabelece relações diversas.

No interior da instituição escolar, encontram-se alunos com dificuldades de relacionamento, isto devido à comunicação e interação com os colegas e até mesmo com o próprio professor, implicando na maioria das vezes também na sua aprendizagem. Essas dificuldades se originam devido o modo de ser do aluno, das suas características que precisam ser respeitadas pela escola e, também vem de situações do seu modo de vida familiar e social. Neste sentido, a escola como esse espaço socializador, precisa compreender os porquês do comportamento distante do aluno e criar meios, estratégias e atividades necessárias para que o aluno vivencie momentos de interação e socialização com os seus demais colegas e possa evoluir com autonomia, confiança, respeito com os outros e consigo mesmo.

As interações de socialização promovidas pela escola devem criar laços de amizade e de amor ao próximo conduzindo a criança a assumir novas posturas e atitudes morais, novos conhecimentos e motivações que possam permitir sua integração no meio escolar e social.

Nesse sentido, o processo de socialização na escola deve ser conduzido pelo professor de forma reflexiva negociando responsabilidades individuais e coletivas entre os alunos estabelecendo e fortalecendo o ensino para a cidadania.

3 AS FUNÇÕES DO COORDENADOR (A) PEDAGÓGICO (A): A PROMOÇÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA

A atuação do Coordenador Pedagógico enquanto profissional da educação tem registro histórico, no Brasil, desde o início da educação jesuíta. Entretanto, com destaque maior no século XX, na década de setenta, com a necessidade de um especialista que trabalhasse junto com os professores para orientar as práticas pedagógicas (PIRES, 2005).

No processo educacional, a relação cotidiana entre os diferentes protagonistas do espaço escolar se desenvolve de forma complexa devido à modificação progressiva da convivência humana da contemporaneidade com novos interesses, valores e da diversidade social dificultando as relações interpessoais no ensino.

Acerca da relação interpessoal na escola contemporânea Silva (2008) afirma que o mundo modificou progressivamente as antigas formas de convivência humana refletindo uma crescente dificuldade no domínio das relações interpessoais, pois cada vez que o homem contemporâneo enfrenta a realidade autêntica de sua vida se percebe em uma condição de solidão, afastado de outros que podem compartilhar sentimentos, sejam eles tristes ou alegres. Para ele apesar da importância desta temática no espaço escolar, ainda há poucos estudos.

De fato, diante da realidade atual, é necessário compreender as relações interpessoais existentes no âmbito escolar. Nesse processo interativo as pessoas possuem divergências nas suas formas de pensar, agir e sentir, tais divergências influem na dinamicidade da relação interpessoal, tornando importante conhecer os comportamentos estabelecidos entre os sujeitos presentes no cotidiano escolar. Nessa convivência dependemos uns dos outros e a escola que antes tinha só o papel de transmitir conhecimentos de geração para geração, hoje, amplia seu papel, sendo responsável pela formação para o exercício da cidadania e de habilidades que atendam as exigências do mercado de trabalho. Assim, Duarte aborda:

A escola como um espaço de relações sociais, resultante da interação de agentes individuais composta por uma rede de grupos culturais diferentes, que se interagem de forma sincrônica dentro do espaço e do tempo escolar, por isso, é normal que aconteçam os conflitos. O que não pode ser comum é o desprezo em relação aos incômodos, pois esses devem ser trabalhados a fim de tornar os sujeitos mais tolerantes com o seu próximo. Pois, nem

sempre encontramos pelo caminho pessoas que somente nos agradam, tendo aqueles que de uma forma ou outra causam sensações que não queríamos viver (DUARTE, 2010, p. 04).

Complementando, ainda, afirma:

A escola, por ser um centro de relações, abarca uma rede intensa de relações, pautada na diferenciação entre as pessoas, que influencia o ato educativo. Essas diferenciações referem-se às características pessoais de cada integrante da comunidade educativa: dizem respeito a quem somos, no que acreditamos e como percebemos a vida e nossos objetivos (DUARTE, 2010, p. 07).

É importante que a escola saiba reconhecer essa diversidade e atuar coletivamente para saber administrar os conflitos gerados, criando situações que proporcionem maior interação entre as pessoas, promovendo a ampliação dos laços de afetividade, respeito e convivência harmoniosa.

Nesse sentido, o CP precisa promover ações que desenvolvam a construção de práticas pedagógicas em que o aprendizado seja baseado no afeto, tendo por objetivo a melhoria das relações interpessoais e, conseqüentemente, da qualidade social da educação pública.

Cuidar das relações interpessoais existentes dentro da comunidade escolar não é uma das funções exclusivas do Coordenador Pedagógico, entretanto, precisam ser compartilhadas entre todos os profissionais que atuam na escola, pois no seu cotidiano as relações interpessoais estabelecidas durante o processo de ensino também permeiam a prática do coordenador, e este, tem que ter habilidades e segurança para fazer as articulações indispensáveis e conseguir manter o clima favorável de trabalho fortalecido pela comunicação, cooperação e atitudes afetivas entre os envolvidos no processo educativo.

O espaço escolar é constituído por uma gama de relações interpessoais que podem ser observadas nas interações entre professor, aluno, gestor, família e demais funcionários presentes na escola, fortalecendo-os como pessoa, a partir do respeito às particularidades de cada integrante da comunidade escolar. O CP no exercício de suas funções e conhecedor das propostas educacionais da escola tem o compromisso de criar um trabalho pedagógico que possibilite a parceria entre os professores e nessa interação pedagógica possam valorizar o trabalho de grupo criando um espaço de trabalho e de aprendizagem agradável, movida pelo sentir

falta do outro para alcançar objetivos em comuns e fortalecer o trabalho educativo com confiança e respeito a realidade sociocultural na qual a escola está inserida.

A atuação do Coordenador Pedagógico demanda uma postura que favoreça as relações interpessoais. Neste sentido Rodrigo explicita:

As relações interpessoais permeiam a prática do coordenador que precisa articular as instâncias escolar e familiar sabendo ouvir, olhar, e falar a todos que buscam a sua atenção, por isso, se faz necessário um profissional que vai além de sua função e está sempre atento às relações de relacionamento buscando a interação entre todos dentro do espaço escolar (RODRIGUES, 2011, p.04)

Contemplando essa concepção, o autor nos remete para as reais funções do Coordenador Pedagógico que é o de articulador, formador e transformador. Compreender as relações interpessoais existentes no contexto escolar é importante para que favoreça a construção de um ambiente participativo e democrático para todos da comunidade escolar, incentivando a produção do conhecimento que promova a mudança nas atitudes, socialização de experiências, superação de obstáculos e propiciando subsídios para um ensino significativo e de qualidade.

O processo de ensino é complexo, e diante dessa complexidade, é evidente que o trabalho do coordenador pedagógico não será nada fácil, haja vista, as modificações sofridas nas relações do trabalho escolar impulsionadas pelo sistema capitalista que vivemos. Outro aspecto interessante de abordar nesse longo caminho a trilhar, é a forma como o coordenador pedagógico desenvolve seu trabalho, pois tem características profissionais que são importantíssimas no coordenador pedagógico. Coloco aqui, como primordial o conhecimento, experiência na educação, comunicação e liderança. Saber liderar é saber utilizar da comunicação, de sua experiência e do seu conhecimento para superar comportamentos e procedimentos que não colaboram para o fortalecimento das relações interpessoais na escola e a melhoria do processo de ensino.

No que tange às relações interpessoais envolvendo o coordenador pedagógico, Vasconcellos afirma:

As relações interpessoais são um requisito importante em todo espaço no qual permeiam diversas pessoas, e saber mediar as relações é um fator imprescindível a todo profissional que desempenha um papel de liderança. No âmbito da escola não é diferente, por isso cabe ao coordenador pedagógico, como educador e líder nesse espaço, ter boas relações com todos os segmentos da escola a que "a atuação do coordenador pedagógico se dá no campo da mediação" (VASCONCELLOS, 2009, p.88).

Partindo desses pressupostos, o autor considera que para desempenhar o seu papel com excelência, é de suma importância que o Coordenador Pedagógico tenha liderança e mantenha boas relações entre os diferentes membros da comunidade escolar. Como líder e articulador, o Coordenador pedagógico tem que aprender a ouvir para compreender os problemas existentes e solucioná-los sem magoar e constranger os colegas, respeitando os pontos de vistas dos envolvidos e sem autoritarismo, visando um trabalho em equipe e a melhoria do trabalho escolar.

No cotidiano do coordenador pedagógico, as interações e relações construídas ao longo do processo fortalecem o trabalho da equipe buscando sempre a ampliação do aprendizado dos alunos de forma organizada, colaboradora e participativa galgando uma gestão democrática e participativa. Estando a serviço da comunidade escolar, deve buscar as soluções para superar os problemas encontrados e promover a integração de todos nas ações desenvolvidas na escola.

De acordo com Farias (2010), é preciso um espaço para refletir com os professores e os alunos sobre o tipo de relações que estão vivenciando dentro da escola. Caminhando nessa direção, considera-se importante que o Coordenador Pedagógico tenha um olhar atento pra observar que tipo de relação há nos espaços da escola, isto por conta da diversidade existente em vista que pode ocorrer discriminação principalmente na sala de aula entre professor e aluno.

Este profissional constitui uma peça fundamental no espaço escolar e, como mediador, articulador e transformador deve possibilitar a integração dos participantes do processo ensino-aprendizagem e manter as relações interpessoais de forma correta, assim como também deve desenvolver habilidades que o faça capaz de lidar com divergências, buscando sempre ajudar na construção de uma educação de qualidade e propiciar a participação de todos (FARIAS, 2010).

O Coordenador Pedagógico ao trabalhar as relações interpessoais na escola tem em suas mãos mais um grande desafio. Contudo, para atuar de forma a promover a integração entre os segmentos que estão inseridos na instituição e a comunidade externa, terá que pautar suas ações em um trabalho escolar participativo e democrático, algo que depende também do seu relacionamento com a gestão escolar e o tipo de gestão existente. Portanto, é imprescindível que este profissional tenha sensibilidade para perceber os problemas de relacionamento

existentes no cotidiano escolar, e em parceria com a direção da escola, mediar e fazer as intervenções necessárias para criar alternativas para melhorar essas relações interpessoais e proporcionar um espaço harmonioso de aprendizagem.

Na verdade, diante de tantas funções do coordenador é preponderante ser um incentivador e mediador nas relações entre pais, professores e alunos, atuando para evitar os impasses entre eles, tanto na escola, como fora dela, buscando sempre o equilíbrio, orientando cada um e visando a melhor forma para solucionar os problemas. O coordenador pedagógico ao delegar atribuições e decisões, favorece o exercício da democracia, pois assim ele contribui com a escola para que esta progrida cada vez mais e venha a oferecer uma educação com mais qualidade (NERI, 2011).

De acordo com Orsolon (2006) o coordenador pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante as articulações que realiza entre estes, num movimento de interações permeadas por valores, convicções e atitudes. Desse modo, a definição da função do coordenador pedagógico está associada na forma como articula as atividades escolares com os professores, pois no trabalho cotidiano da escola, é preciso que haja parceria entre o coordenador e os professores dando-lhes oportunidades de discutir, analisar as relações de aprendizagens e dificuldades encontradas nas interações com os alunos, idealizando coletivamente os projetos pedagógicos da escola e direcionando suas ações para a transformação do espaço escolar adequado a aprendizagens significativas.

Em suma, a coordenação pedagógica deve garantir um espaço de diálogo fortalecendo desta forma sua ação como ator social na luta por uma educação de qualidade, sendo capaz de superar os obstáculos que inviabilizam as ações coletivas na escola, onde junto com todos os outros educadores possibilite troca de saberes e experiências para aprender a aprender em um ambiente democrático. Para isso, é preciso que haja rupturas com as atitudes que impedem que este profissional faça seu trabalho respeitando a si próprio diante da diversidade existente no ambiente escolar. Ele é imprescindível na escola, pois as relações interpessoais que permeiam sua prática precisam ser articuladas com as instâncias escola e família, indo além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico é preciso ter percepção e sensibilidade para identificar as

necessidades dos alunos e professores, estando aberto para mudanças e sempre pronto para motivar sua equipe de trabalho, mediando os momentos de reflexões coletivas acerca das problemáticas existentes e orientando a construção de propostas que superem os obstáculos existentes para a melhoria da aprendizagem.

3.1 A Coordenação Pedagógica: alguns elementos de sua constituição no Brasil

A trajetória histórica da coordenação pedagógica no Brasil inicia com as escolas dos jesuítas, que eram organizadas rigorosamente pelas normas do documento *Ratio Studiorum*, publicado em 1599. Para assegurar o cumprimento das regras estabelecidas neste documento, existia nas escolas o Prefeito de Estudos que configurava uma ideia fiscalizadora do cumprimento das regras estabelecidas pelo *Ratio Studiorum*. A função do Coordenador Pedagógico vem se reestruturando ao longo do tempo, em um contexto histórico, sócio-político, econômico e cultural, redefinindo seu papel e adequando-o de acordo com as demandas da escola e diretrizes educacionais.

Nos anos de 1961 no Brasil, em pleno período da ditadura militar surge a função do coordenador pedagógico, denominado de Coordenador Distrital. Entretanto, com quatro anos depois (1965) foi chamado de Orientador Pedagógico atuando em várias escolas até 1969, que a partir de então, inicia sua atuação em apenas uma escola. Na escola tinha a função de prestar assistência técnica aos professores do ensino primário, entretanto atuava dentro de uma formação ideológica do militarismo, fiscalizadora e controladora dos professores, intimidando e oprimindo o trabalho do professor, e desta forma, construiu no passado uma relação sem afetividade entre ele e o professor, sendo este por muito tempo, rejeitado pelo professor devido sua postura autoritária. Na época exercia uma função de grande prestígio no ambiente escolar. Mediante este contexto histórico, é importante salientar que para chegar à denominação de Coordenador Pedagógico, foram adotadas outras denominações, como inspetor escolar, orientador pedagógico e supervisor escolar. (OLIVEIRA, 2009).

A Lei nº4024/1961 apresentava em suas propostas, a existência de um profissional ou uma equipe de profissionais para exercer a coordenação pedagógica

para atingir os objetivos propostos pela instituição de ensino. Convém ressaltar os artigos desta lei que estabelece a Orientação Educativa e da Inspeção:

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário.

Art. 65. O inspetor de ensino, escolhido por concurso público de títulos e provas deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício de funções de magistério de auxiliar de administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensino.

Convém salientar que na visão de Placco, Sousa, de Almeida (2012), o germe da Coordenação pedagógica no Brasil está na inspeção escolar e que a visão de um novo profissional com formação para esta função veio com o parecer 252/1969, complementar À Lei da Reforma Universitária (Lei Nº 5540/1968) que instituiu a habilitação do Curso de Pedagogia, entre as quais a de Supervisor escolar.

Mediante o parecer 252/1969, por muito tempo os Cursos de Pedagogia podiam habilitar os profissionais de educação em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Inspeção Escolar e também formação de professores no curso técnico do magistério. A formação de professores e especialistas nos cursos de pedagogia privilegiava o modelo tecnicista, sendo o trabalho do pedagogo fragmentado e sua formação dividida em trabalho docente (aquele preparado para trabalhar em sala de aula) e pedagogo especialista (aquele que oferece suporte técnico as atividades escolar).

Em 1971 foi promulgada A Lei nº5692 instituindo a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, estabelecendo um profissional com especialidade em educação com curso de graduação e pós-graduação para exercer a função de supervisor, um profissional comprometido com a causa da educação. Conforme o artigo 33:

Art. 33. A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores, e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

O presente artigo estabelece a preparação formativa de nível superior para os especialistas que fazem assistência técnica nas escolas com exigências de uma graduação plena (com formação completa) ou graduação curta (quando você faz o curso pela metade do curso- hoje não existe mais) e de pós-graduação. Vê-se que a formação destes profissionais para atuar nas escolas já era uma exigência legal no Brasil, hoje se torna imprescindível, pois é uma das condições e exigências para a qualidade da educação nacional, frente aos desafios da sociedade contemporânea.

Com a Lei nº 9394/96, que rege as diretrizes da educação brasileira atual, intensificou-se a necessidade de formação a nível superior de todos os profissionais da educação. No que se refere à Coordenação pedagógica o artigo 64 estabelece:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

A formação da identidade dos profissionais de educação na função da coordenação pedagógica é um processo dinâmico da educação no país, com profundas mudanças sociais que marcaram a década de 70 e 80 até os dias atuais, com os movimentos no campo da educação pelos sindicatos, associações e as lutas pela democratização de gestão e na educação, garantia do acesso e permanência das camadas populares na escola, assim como a organização de conselhos escolares com representatividade dos segmentos que formam o espaço escolar, e ainda, eleição para gestão escolar, são na verdade marcos que contribuíram para a necessidade de fortalecer a importância do Coordenador Pedagógico para acompanhar o trabalho pedagógico, no sentido de melhorar a qualidade de ensino.

No sentido de melhor entender o seu perfil e sua função nos primórdios de sua existência profissional, Augusto salienta:

Muito antes de ganhar esse status, já povoava o imaginário da escola sob as mais estranhas caricaturas. Às vezes, atuava como fiscal, alguém que checava o que ocorria em sala de aula e normatizava o que podia ou não ser feito. Pouco sabia de ensino e não conhecia os reais problemas da sala de aula e da instituição. Obviamente, não era bem aceito na sala dos professores como alguém confiável para compartilhar experiências. Outra imagem recorrente desse velho coordenador é a de atendente. Sem um campo específico de atuação, responde às emergências, apaga focos de incêndios e apazigua os ânimos de professores, alunos e pais. Engolido pelo cotidiano, não consegue construir uma experiência no campo pedagógico. Em ocasiões esporádicas, ele explica as causas da

agressividade de uma criança ou as dificuldades de aprendizagem de uma turma. (AUGUSTO, 2006, p.1).

Diante dessa multiplicidade de denominações ao longo da trajetória do Coordenador pedagógico, pode-se compreender nas palavras do autor, que durante o seu período de atuação nas escolas foi um profissional voltado para manter o controle de toda estrutura organizacional da escola, sem ter um relacionamento mais humano entre o professor e aluno. Era regido pelo poder, mantendo um certo distanciamento do seu trabalho com o trabalho do professor, tendo em certo momento cobranças pela realização de um trabalho organizado e bem aplicado em nome do poder maior, daí a empatia de muitos professores na atualidade.

Diante dos pressupostos legais do século XXI, pode-se destacar a importância do coordenador pedagógico, mas sim, com uma formação profissional que se adeque com as exigências do mundo moderno. Não mais para vigiar o trabalho do professor no seu fazer pedagógico, mais sim, fazer parte dele, de forma mais companheira, dialogada, em que a práxis da ação-reflexão-ação faça parte da sua atuação enquanto mediador, articulador e transformador do espaço escolar objetivando uma educação com vivências e experiências harmoniosas para a construção do conhecimento.

O processo de construção do espaço do coordenador na educação brasileira perpassa por momentos de incertezas em relação a sua função, pois ainda hoje, alguns colegas de profissão têm ainda um olhar de testa de ferro das autoridades, ainda não conseguem percebê-lo como um parceiro do seu fazer pedagógico, que têm muito a aprenderem no cotidiano e que os objetivos são os mesmos, a aprendizagem significativa dos alunos para a construção do ser, o ser que aprenda a prender para aprender a ser.

O coordenador pedagógico, hoje, tem inúmeras possibilidades de fazer a diferença, tentar mudar posturas de policiamento, trilhando no caminho de boas relações interpessoais entre todos os envolvidos, pois o tempo exige novas posturas, posturas essas que serão possíveis a partir das formações exigidas perante a lei e pela humildade profissional.

3.2 Desafios e atribuições do Coordenador na promoção das relações interpessoais

Nenhum educador vai conseguir dar conta de suas tarefas sozinho. Para realizá-las é importante contar com o apoio de um coletivo forte e solidário. Mas para poder contar com o apoio de um grupo desse tipo, é preciso empenhar-se em construí-lo cotidianamente: a força de um coletivo vem do envolvimento de cada um, articulada, neste caso, pelo coordenador pedagógico. (ALMEIDA E PLACCO, 2011).

Os autores nas entrelinhas das suas concepções explicitam a importância do trabalho coletivo, forte e solidário na tarefa do educar evidenciando essa construção cotidiana no contexto escolar, que na verdade, deverá ser articulada na figura do profissional Coordenador pedagógico, pois além do mais, compreende-se que o educador sozinho não conseguirá realizar todas as atividades relativas ao processo de educar.

Por esse viés, faz-se um paralelo com o ditado “Uma andorinha só não faz verão” frase esta originada da versão “Uma andorinha só não faz primavera” do filósofo grego Aristóteles na sua obra intitulada *Ética a Nicomâno* (384-322 a.C.), pois hoje, na busca de uma educação de qualidade, tão almejada pela sociedade brasileira, não resta dúvida que o coordenador pedagógico deve primar pela valorização do fazer pedagógico que envolva os diversos membros do grupo escolar, trabalho em equipe, nunca esquecendo que o ser humano é um ser social e por ser social interage com o que lhe é apresentado e com outras pessoas construindo relações interpessoais que favorecem seu conhecimento e desenvolvimento.

Contribuindo a esse respeito, Frenchi e Frenchi (2013) no seu artigo na *Revista de Educação de IDEAU* ressalta que é necessário que haja um bom entendimento entre toda a equipe da escola, pois existindo comunicação e respeito tudo funciona melhor: as normas são discutidas, as sugestões dadas pelos colegas são levadas em consideração e todos tentam usar uma mesma linguagem com seus alunos, o que faz com que eles não se sintam perdidos. O sucesso de uma relação satisfatória implica em trabalhar com “espírito de equipe”, exigindo esforço conjunto das pessoas, favorecendo a motivação, cooperação e colaboração entre o grupo, como objetivo de melhorar o processo pelo qual elas trabalham juntas.

Na gestão dos processos do âmbito escolar, o coordenador pedagógico ao longo dos anos, como se sabe, não tinha um campo específico para atuar na escola, não tinha a formação necessária para exercer essa função que por muito tempo ficou a margem de falta de identidade e, ainda, por atuar de forma isolada e individual não conseguia construir um trabalho pedagógico que envolvesse satisfatoriamente a comunidade escolar. Outro sim, por apresentar posturas de superioridade e poder em relação aos demais da comunidade educativa, a falta de práticas e espaços de comunicação dificulta o processo de interação escolar e consequentemente as relações interpessoais imprescindíveis no ensino.

A reflexão dos desafios e atribuições do coordenador pedagógico para a promoção das relações interpessoais no interior da escola, hoje, caminha para o entendimento desse profissional em contribuir para a promoção de ambientes favoráveis à aprendizagem e ao ensino favorecendo a criação de vínculos de respeito e de trocas do trabalho educativo a partir do entrosamento e parceria entre todos da comunidade escolar e social (Secretaria de Educação, Cultura e Lazer, Salvador, 2012). Assim como também, a articulação e integração de ações pedagógicas que subsidiam a reflexão e tomada de decisões visando a proposição de alternativas para superar os problemas da prática e para a promoção de uma gestão democrática, participativa e motivadora tanto para o professor quanto para o aluno.

Paulo Freire (1996) enfatiza que “o clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumam eticamente autêntica o caráter formador do espaço pedagógico”.

De acordo com esses pressupostos, acredito que para tornar esse espaço mais autêntico baseado na troca de conhecimentos não só científicos, mas também para a cidadania, com valores éticos e morais, não resta dúvida que a coordenação pedagógica é hoje a ponte para estabelecer essa interação entre professor e aluno com confiança, liberdade e respeito favoráveis ao ensino aprendizagem.

Na rotina institucional são múltiplas as dimensões do fazer pedagógico que são realizadas e construídas em espaços diversificados proporcionando um grande leque de relações que podem ser harmoniosas ou conflitantes. Neste

contexto, a coordenação pedagógica, como um agente socializador na escola, precisa atuar de forma que aumente a autoconfiança e a autoestima dos grandes protagonistas do ensino (aluno e professor) para que possam superar eventuais atitudes de preconceito e discriminação que dificultam a relação interpessoal escolar e seu desenvolvimento cognitivo e social.

Para Rodrigues (2011), o coordenador pedagógico é peça fundamental dentro da escola, sendo assim, deve buscar integração dos envolvidos no processo ensino e aprendizagem mantendo relação interpessoal de maneira saudável, valorizando a sua formação e a do professor, desenvolvendo habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de um ambiente favorável ao ensino.

Considera-se imprescindível, que o coordenador pedagógico também trabalhe sua autoestima para que possa mediar as suas ações com altivez, confiança e respeito nessa desafiadora jornada de incertezas e busca de uma escolarização que construa uma sociedade mais justa e fraterna.

Diante dos desafios que a escola enfrenta, é de se compreender a complexidade do trabalho deste profissional de educação, uma vez que, ainda está muito presente o autoritarismo e individualismo no interior das escolas brasileiras. E, é nesse sentido, que seu trabalho também deverá estar atrelado para a superação dessas atitudes descortinando para uma gestão democrática e participativa. Assim, é fundamental se desejamos uma escola democrática, respeitosa com as pessoas, formar também pessoas respeitadas e isso pode parecer pouco, mas não é! O respeito é contagiante e, certamente, na vida social com pessoas mais respeitadas teremos uma sociedade mais justa e mais fraterna (Sala ambiente PPP/ OE - UFMA, 2015).

Nesse contexto de interação direta com o professor pelo coordenador pedagógico, é de extrema importância construir relações interpessoais democráticas de forma dinamizada e dialética.

Segundo a professora da rede pública municipal de Ensino de Rio Verde, Juscilene da Silva Oliveira e a Prof^a. Me. Márcia Campos Moraes Guimarães do Instituto superior de Educação Almeida Rodrigues (2013), o coordenador

pedagógico tem a responsabilidade de coordenar todas as atividades escolares, incluindo os educandos e o corpo docente, destacando como sua principal atribuição a formação em serviços dos professores que deverá ser tratada como a construção de um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa.

É importante enfatizar que neste contexto coloca-se a formação do coordenador pedagógico como premissa para manter as relações interpessoais de maneira saudável no espaço escolar, pois a partir de uma constante leitura elevará sua consciência para o seu trabalho coletivo, participativo e democrático, assim como transformará seu olhar, atitudes e concepções inerentes ao seu trabalho. Ao articular e mediar para transformar com eficácia seu trabalho, este profissional deverá promover momentos de reflexão sobre os trabalhos escolares com a equipe, então este momento de forma dinâmica está promovendo também a formação continuada dos educadores, que considero de extrema importância para a melhoria do trabalho e convivência escolar.

Em suma, os desafios diários são grandes para todos que trabalham por uma educação pública de qualidade. Entretanto, todos devem primar por uma educação mais humana, mais solidária, mediante a promoção de um ambiente escolar que propague a afetividade, o amor, o respeito mútuo, tolerância caminhando para um aprender pautado em relações interpessoais no contexto escolar que ultrapasse além dos muros da escola, e frente a promoção de abrir caminhos para a qualidade das relações existentes na escola, o coordenador pedagógico tem papel preponderante valorizando a diversidade e a pluralidade existente.

4 AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO COTIDIANO DA ESCOLA: ELEMENTOS NORTEADORES

Na atualidade as relações interpessoais ganham uma dimensão maior no fazer pedagógico do cotidiano escolar, pois a escola como espaço de socialização do ser humano, proporciona uma diversidade de interação entre os atores do universo escolar com culturas diferentes, que hora e outra podem gerar uma variedade de conflitos, que de certa forma, se não resolvidos podem interferir no processo aprendizagem.

Em se tratando dessas abordagens, o psicopedagogo da Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra, Danilo Soares (2012), afirma que o relacionamento interpessoal é peça fundamental para que a educação propicie mecanismos que garantam ao aluno o desenvolvimento do seu potencial, valorizando as habilidades necessárias para o convívio na sociedade.

Diante da concepção do psicopedagogo Soares (2012), fica mais de que evidente a importância das relações interpessoais no cotidiano escolar, e neste cenário educativo, reforça-se aqui nesta pesquisa que, o profissional Coordenador Pedagógico, tem uma contribuição imprescindível na articulação entre todos da comunidade escolar para que de forma dinâmica e humana, possa está criando e oportunizando nessas relações sociais e de conhecimentos um ambiente favorável para que todos nesse feedback do ensinar e aprender, possam ter um cuidado e respeito pelo outro, tendo voz e vez de expressar-se, sejam valorizados e numa relação de pessoa para pessoa construam um aprendizado significativo aos educandos.

Buscar compreender as relações interpessoais no espaço escolar é um grande desafio para o coordenador pedagógico, haja vista, que trabalha o comportamento do ser, sendo que esta tarefa por muito tempo ficou associada à profissionais do campo da psicologia, e atualmente tona-se imprescindível, por compreender que interfere na aprendizagem do discente. Entretanto, a maioria das escolas públicas do Brasil não há existência desses profissionais, sendo que nessa relação cotidiana escolar é frequente a existência de conflitos (indisciplina, violência física e verbal) na sala de aula entre professores e alunos, alunos e alunos, assim como, em outros espaços da escola com os demais profissionais, que estão juntos nessa construção social do ensino. Partindo dessa realidade, acredita-se que o

coordenador pedagógico, nesta solidificação de identidade e função escolar, é o ator capaz de mediar esses problemas de relacionamento no espaço escolar, isto porque, ele faz parte desse contexto diário da escola, convive, articula, media e compartilha com todos os momentos de busca e realização de projetos pedagógicos realizados pela escola, tem conhecimentos pertinentes à sua função para saber liderar e fazer as intervenções necessárias que busquem a melhoria do ensino junto à direção. No entanto, compreende-se ainda, que não é tarefa fácil, mas com liderança, cautela, diálogo e compromisso muito terão a contribuir para transformar o ambiente escolar em um espaço agradável para o educando e educador protagonizarem a arte do ensinar e aprender.

Durante o período de observação realizado no cotidiano da escola UIMPARG, detectou-se acentuado problema de relação interpessoal nos diferentes protagonistas da comunidade escolar. Alguns são resolvidos mediante reuniões promovidas pela equipe diretiva, fazendo este trabalho de mediação coletiva pelo diretor geral, diretor auxiliar e supervisor. A maioria dos casos estão relacionados à brigas dos alunos, bullying, posturas de sala de aula inadequadas por parte de alguns educadores, falta de comunicação, individualismo e centralização de gestão escolar.

Considerando o contexto desta instituição escolar, há muitos educandos que não conseguem obedecer e respeitar os colegas, os professores, pais de colegas, demais funcionários da escola, regras e normas estabelecidas pela escola. Situação como essa tem preocupado bastante a equipe diretiva da escola, assim como os professores e demais companheiros de trabalho e, por outro lado, a família que é a nossa principal aliada para contribuir com o sucesso da educação dos seus filhos, por falta de conhecimentos e pela desestrutura familiar, social e econômica também tem dificultado o processo educativo de grande parte das nossas crianças e jovens.

São constantes os casos de violência entre as crianças, muitos pais já não conseguem dialogar com a escola, o acompanhamento precário dos pais na vida escolar dos seus filhos, há professores comprometidos, amáveis e dedicados, entretanto, também encontramos professores que não conseguem mudar sua postura pedagógica, que continuam no tradicionalismo, sem se oportunizar a fazer a diferença, a buscar o novo, a ver o aluno como um indivíduo que não está ali somente para adquirir conhecimentos científicos, mas também para construir-se

como cidadão pautado em valores necessários para a convivência no respeito mútuo, em que ele possa construir seu perfil de vida mediante uma relação enxertada de afetividade que aflorem emoções para a busca do aprender, do conhecer valorizando não só o cognitivo, mas o social, ou seja, o desenvolvimento integral do aluno.

Diante dessa complexidade de relacionamento no espaço escolar devido os diversos contextos, características e olhares diversificados é desafiador as relações existentes, haja vista que há uma gama de crenças e valores inseridos no cotidiano de ensino, fazendo-se necessário que o coordenador pedagógico como agente social, líder e articulador atuante na escola, na sua prática, como educador formador, frente ao educando e demais da comunidade escolar.

Muitas são as problemáticas das relações pessoais na escola que precisam ser trabalhadas, há situações que a equipe diretiva desta escola busca apoio do Psicólogo, quando este faz parte do quadro da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para fazer atendimento junto ao aluno, professores e família, no sentido de melhorar a autoestima dos envolvidos e conseqüentemente a melhoria da interação na ação pedagógica.

Dialogando com a coordenadora pedagógica da SEMED, que acompanha periodicamente esta instituição, com os professores das séries iniciais do ensino fundamental sobre as relações interpessoais na escola, enfatizou que:

As relações interpessoais são de suma importância em qualquer ambiente em que se convive principalmente no ambiente escolar onde todos estão focados na educação priorizando o aluno como peça fundamental nesse processo para a construção de uma sociedade sadia.

E ainda, afirma:

A escola que todos almejam é aquela que forma cidadãos críticos e prepara para a vida, e isso é decorrência de uma boa relação entre professor, aluno e vice-versa, família, comunidade e funcionários que interagem no processo educativo.

Vale apenas enfatizar que mesmo diante dessas afirmações da coordenadora pedagógica que retrata o aluno como o centro de toda ação educativa e que para sua formação e preparação para a vida precisa desse ambiente com boas relações, há momentos difíceis de lidar com essa diversidade existente entre os próprios educadores, algo compreensivo pelas divergências de ideias, mas tem uma coisa muito positiva, sempre baseado no objetivo maior que é o aluno, e

momentos como esses fortalece cada vez essa família educativa, torna mais maduro o grupo no seu fazer pedagógico, no construir a escola que queremos para a comunidade social na qual a escola está inserida e, com certeza, fortalece a estrutura de afetividade e sensibilidade do grupo, sendo esta uma das premissas necessárias para o professor proporcionar as crianças sua integração com sentimentos e emoções que motivem para a busca do conhecimento e formação cidadã.

Nesse binômio entre o professor e aluno na escola, pela sua heterogeneidade de sala de aula que vem a contribuir para eventuais problemas de relação, é notório a preocupação da maioria dos professores em desenvolver seu trabalho com amor, respeitando as particularidades de cada criança, incentivando-os e desafiando-os para uma aprendizagem crítica e humana.

Referindo-se ao ensino fundamental das séries finais (6º ao 9º ano), observa-se uma relação mais complexa, tem uma dimensão mais difícil, pois os casos de indisciplina, violência física e verbal são mais frequentes na sala de aula, assim como em outros espaços da escola e, por outro lado, muitos educadores não conseguem manter tolerância suficiente para lidar com essa situação cotidiana. O coordenador com os demais da equipe gestora e professores têm se preocupado muito com a situação, dialogando bastante com os alunos e família. Entretanto, os resultados não têm sido muitos satisfatórios, para que amenizem essas demandas que afetam as relações pessoais favoráveis para a formação do cidadão saudável.

Nesse espaço, há necessidade da escola repensar suas ações, refletir na sua função social e buscar alternativas de melhor convivência para melhorar sua qualidade de vida profissional e educativa. É um desafio para toda a equipe, e é nesse contexto do coordenador como sendo esse agente social também que pode contribuir de forma coletiva para transformar o espaço escolar num ambiente propício a desenvolver a formação dos discentes com afetividade, amor, respeito e que todos possam ter liberdade de expressar-se e poder crescer enquanto pessoa que vive em sociedade.

4.1 Caracterização da escola Municipal Professor Antonio Reginaldo Lopes

A Unidade Integrada Municipal Professor Antonio Reginaldo Lopes, escolhida como campo de pesquisa desta temática, foi criada pelo Projeto de Lei nº 492/86 aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Guimarães-Maranhão, em cinco de dezembro de 1986 para atender alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental da rede de ensino municipal na zona urbana. Atualmente atende alunos de 1º ao 5º ano das séries finais e de 6º ao 9º ano das séries finais nos turnos matutino e vespertino, assim como também, a modalidade do EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno noturno.

Apesar da sua fundação acontecer nos anos 80, foi somente em quatorze de janeiro de 2011 que foi reconhecida pelo Conselho Municipal de Guimarães (COMEG) para atender o ensino fundamental regular e na modalidade do EJA.

É uma instituição de ensino que desde a sua fundação vem desenvolvendo um trabalho educacional à comunidade com responsabilidade e compromisso por todos os profissionais de educação que aqui passaram e convivem, buscando sempre uma aprendizagem satisfatória e significativa de todos os discentes, respeitando a heterogeneidade existente no espaço escolar e oportunizando ao aluno momentos de protagonizar seu próprio conhecimento mediante a realização de projetos pedagógicos interdisciplinar que ampliem o repertório cultural das crianças e jovens, assim como, o desenvolvimento de habilidades mister para a vida escolar e social do cidadão.

Para atendimento dos alunos do ensino fundamental de 1º ao 9º ano, a escola ocupa dois prédios da rede estadual devido a municipalização das escolas estadual, cumprindo-se de fato a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9394/96 que responsabiliza o governo municipal pela oferta do ensino fundamental com uma estrutura física adequada as exigências da educação atual. Sendo que, para oferta do ensino fundamental de 1º ao 5º ano, ocupamos um espaço bem amplo que no turno matutino atende dez turmas, assim como dez turmas no turno vespertino distribuídas igualmente nos respectivos anos de ensino. É um ambiente bastante acolhedor, com espaço para biblioteca, laboratório de informática, dois pátios que possibilitam muitas atividades culturais e recreativas aos nossos alunos, uma quadra

esportiva bastante utilizada pelos professores em atividades esportivas e recreativas, sala de professores, secretaria, almoxarifado, banheiros projetados para alunos sem deficiência/com deficiência e sala de direção escolar. Possui ainda, um quintal com extensão arborizada que com frequência os educadores utilizam para desenvolver interações além da sala de aula e com o contato com a natureza.

São atendidos 570 alunos, com uma gama de profissionais qualificados para atendê-los, sendo vinte e cinco professores, seis monitores do Programa Mais Educação, três vigias, dois agentes administrativos, seis merendeiras e de serviços operacionais, um agente de portaria, uma supervisora, gestora geral e gestor auxiliar.

No que se refere ao segundo prédio que atende do 6º ao 9º ano, localiza-se próximo do primeiro prédio, tem um espaço também bastante propício para a oferta de um ensino de qualidade. Tem uma estrutura física bem agradável, possui seis turmas pela manhã, assim como à tarde possui seis turmas distribuídas igualmente nos anos de ensino ofertado, sala de laboratório de informática, e outros departamentos ligados à secretaria e direção escolar.

Possui 415 alunos, acompanhados por 22 professores, uma supervisora, gestora escolar, dois gestores-auxiliar, sendo estes, um para cada turno. Possui ainda dois vigias, quatro merendeiras e agentes operacionais.

Mesmo com espaços diferentes de estudo, a filosofia de trabalho é a mesma, norteadas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) e respeitando a faixa etária de cada aluno, assim como o nível de ensino.

Assim sendo, fortaleço nossos ideais educativos com este fragmento do PPP:

A proposta pedagógica da escola anseia por uma escola renovada e moderna, com educadores atualizados, mediador e facilitador da aprendizagem, sintonizada com a realidade mundial. Luta por uma gestão democrática, com suas ações compartilhadas com a família e a sociedade. Luta por um trabalho voltado à democracia e a cidadania. Luta por uma educação de qualidade (Projeto Político Pedagógico, p.11, 2012-revisado 2014).

Com base nessas premissas, além de ofertar o ensino regular diurno e a Educação de Jovens e adultos noturno, esta unidade de ensino atende alunos com

diferentes deficiências no ensino regular, como estabelece a LDB a educação inclusiva nos art. 58 e 59, utilizando ações pedagógicas que desenvolva habilidades cognitivas, atitudinais, sociais e emocionais, indispensável para sua interação em sociedade respeitando suas limitações.

Outro fator preponderante e positivo na promoção do ensino desta escola de modo em geral, é que 98% dos professores são graduados e, outros Pós-graduados. Acredito que esse nível de conhecimento profissional só vem a fortalecer a qualidade de ensino.

No que concerne à aprendizagem escolar, são muito os desafios, mas podemos observar que grande parte dos educandos gosta de está na escola, conseguem avançar na escrita e na leitura com muita facilidade, assim como nessa interação sempre acontece um desentendimento , entre os colegas educadores e alunos e vice-versa.

Já no nível do 6º ao nono ano, a quantidade de aluno é menor, entretanto, pelo fato de serem jovens e têm suas próprias opiniões, são frequentes os problemas de relacionamento (brigas, bullying, indisciplina...) tornando este espaço de aprendizagem complexo e difícil de alcançar objetivos almejados.

A coordenação pedagógica da SEMED faz acompanhamento pedagógico na escola, dando o suporte necessário aos planejamentos e orientações indispensáveis para o bom desempenho escolar.

Durante esses trinta anos, o trabalho educativo aqui implantado, com dedicação, companheirismo e responsabilidade continua sendo reconhecido pela comunidade de Guimarães, pois o apoio, participação e contribuição da família durante o processo e eventos culturais realizados na escola é bastante significativo para contribuir com a aprendizagem dos alunos.

4.2 As relações da equipe diretiva com a Comunidade escolar

No atual contexto educacional a rotina da equipe diretiva da comunidade escolar está cada vez mais complexa e nesse cenário tem inúmeras ações a serem realizadas, que precisam ser bem articuladas e mediadas objetivando o aprendizado do aluno.

É importante salientar, que nessa dinâmica escolar contemporânea, a equipe diretiva da escola é formada pelo gestor geral, vice-diretor, coordenador pedagógico, supervisor, Psicólogo (caso a escola possua este profissional no âmbito escolar) e/ ou outros dependendo da organização das redes de ensino. Estes por sua vez, precisam ter ciência das responsabilidades e atribuições que visam a garantir uma relação de aprendizagem compartilhada, participativa, reflexiva, e democrática, assim como também, equilibrada emocionalmente, pois trabalhamos com pessoas, e como pessoas que vivem socialmente, precisam nessa interação para o conhecimento e formação do cidadão conviver em um clima favorável a este processo.

As relações interpessoais na escola, referindo-se a postura do gestor escolar e demais da equipe diretiva, não restam dúvidas que vêm a influenciar na forma de como se dá essa relação, seja ela positiva ou negativamente na qualidade do trabalho pedagógico da instituição de ensino.

No que tange a relação interpessoal da equipe diretiva no espaço escolar, é importante que se tenha uma gestão que proporcione um ambiente democrático, que possibilite o desenvolvimento de um clima de afetividade, cooperação em que todos possam posicionar-se coletivamente, entretanto não é tarefa fácil, pois ainda está enraizado posicionamentos de gestores centralizadores, sendo que desta forma administrar conflitos também se torna ainda mais complexo, pois tem que possuir características que possam se solidarizar com o outro.

Ressalta-se ainda, que é de suma importância construção de um trabalho da equipe pedagógica pautado na coletividade, oportunizando momentos de reflexão e mobilização para que as pessoas compreendam que todos são responsáveis pela educação de qualidade, e que descentralize suas ações a partir do trabalho, que tenha a participação e todos.

Dentro desses aspectos, na escola pesquisada observou-se que são grandes os problemas das relações interpessoais dentro da escola, principalmente com o gestor escolar, com mais ênfase no Ensino fundamental II, pois há atitudes individualistas e autoritárias, posturas como essas dificultam o desenvolvimento do trabalho dos demais colegas da equipe diretiva (supervisor, coordenador pedagógico, diretor adjunto...), assim como também, dos docentes e

consequentemente no ensino. Atitudes como essas do gestor educacional fragilizam todo o fazer pedagógico, todos da comunidade escolar sentem um clima difícil de trabalho e de produtividade no ensinar e no conviver harmoniosamente.

Ao entrevistar uma das gestoras desta instituição de ensino sobre a importância das relações interpessoais na escola, a mesma respondeu:

No ambiente escolar é muito importante as relações interpessoais, pois proporciona a todos resultados favoráveis a aprendizagem com coletividade capazes de direcionar com mais qualidade o trabalho de ensino aprendizagem.

E ainda nessa busca do compreender como acontece esse relacionamento entre os professores no espaço social escolar, dialogou-se com a coordenadora do Ensino Fundamental das séries iniciais, que ressaltou:

Sabemos que a grande dificuldade que compromete as relações interpessoais na escola é a maneira de pensar de alguns professores que não inovam e se isolam deixando a desejar na aprendizagem e relacionamento com os demais.

Esta ainda, ao lhe perguntar quais as atitudes mais frequentes nesta interação vem prejudicando as relações interpessoais nesta instituição de ensino, ressalta:

A falta de companheirismo, de compreensão, de respeito, solidariedade e o bullying são atitudes que geram conflitos, sendo necessário, a gestão buscar alternativas para atender os interesses de todos, pois quando o gestor consegue propiciar constantes diálogos e participação de todos, ele desperta a consciência de responsabilidade e a importância de cada um criando um ambiente transformador, onde todos queiram participar de forma prazerosa.

A fala da gestora e coordenadora do Ensino fundamental das séries iniciais proporciona uma análise clara das dificuldades de relacionamento no espaço escolar, entretanto pode-se perceber a dificuldade que as mesmas têm em saber lidar com os conflitos originados pela diversidade existente no espaço escolar, mas deixa claro, a necessidade de se trabalhar em equipe e desta forma participativa que todos se sintam responsáveis em proporcionar essa relação saudável.

Quanto à escola do Ensino fundamental das séries finais, observou-se que é bem mais complexa a relação interpessoal entre gestão e educadores, professores e professores, professores e alunos e ,assim como, entre as demais relações interpessoais existentes no espaço escolar. Está explícito estas considerações nas falas da gestora escolar *“As atitudes mais frequentes que vem prejudicando as relações interpessoais nessa instituição é a falta de comunicação*

entre professores para com o gestor, a não frequência do professor, alunos e demais funcionários”. Mediante as abordagens da gestora, analisa-se que há uma fragilidade muito grande na relação da gestão com os professores pelo falta de comunicação, e nesse contexto educacional a comunicação é fator preponderante, entretanto, sabe-se que a gestão escolar é que tem a função de fazer com que nessa relação a comunicação aflore e busque o respeito pela ação de educar e, de forma participativa e democrática os sujeitos possam construir conhecimentos e fortalecer as relações no espaço escolar.

A falta de comunicação deixa a relação fragilizada e conseqüentemente a eficácia do ensino aprendizagem. Nesse sentido, é importante que o coordenador pedagógico faça as intervenções necessárias para mediar esse conflito entre direção e professor, buscando um ambiente saudável para facilitar e promover o trabalho de todos satisfatoriamente.

O coordenador pedagógico enquanto agente articulador precisa criar espaços para diálogo e reflexões sobre as posturas conflituosas da convivência de forma que estes possam se colocar um no lugar do outro, sensibilizando-os para reconhecerem que são profissionais que precisam viver em harmonia, e como principais responsáveis pelo processo de ensino, devem conviver com respeito e responsabilidade.

A supervisora da escola do Ensino Fundamental II é quem faz todo o trabalho de articulação e mediação desses embates da relação interpessoal na escola, e nesse entendimento retrata:

Posso dizer que como supervisora estou sempre dialogando com os colegas de trabalho e levando a todos a reconhecer a importância das nossas responsabilidades como profissionais e tentando a colocar a importância da boa relação dentro do nosso ambiente de trabalho. Pois cumprimentar, ter cordialidade e trocar informações são atitudes diárias muito importante para a formação e manutenção de uma boa relação.

Mediar esses conflitos é um dos desafios do Coordenador Pedagógico na instituição de ensino, e como supervisora consegue realmente com habilidade, ponderância e diálogo estabelecer estratégias para solução do problema buscando a ética e valores necessários para a promoção do ambiente propício para aprendizagem.

4.3 Relações interpessoais entre professores

Os processos interativos entre os educadores envolvem uma série de questões, desde as questões emocionais quanto às questões sociopolíticas.

Uma boa relação interpessoal é nutritiva porque ajuda a nos construir como pessoas e no âmbito escolar é imprescindível. Portanto, partir para análise das relações interpessoais entre os professores da UIM. Prof. Antonio Reginaldo Lopes é de grande relevância para a compreensão das interações estabelecidas pela equipe que tem em mãos a responsabilidade de formar cidadãos críticos e capazes de conviver no respeito mútuo para uma sociedade mais justa.

Segundo Moreira e Candau (2003) o universo escolar é caracterizado pelas relações entre as culturas sendo estas atravessadas por tensões e conflitos e ainda comenta que a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas reconhecendo os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrindo espaços para manifestação e valorização das diferenças.

Nesse sentido, é importante considerar que nessa pluralidade existente no modo de ser de cada profissional da educação é que ajuda a construir a identidade escolar em que leciona. Sendo assim, é importante criar um ambiente de confiança em que possa ocorrer uma interação baseada no aceitar o outro, respeitando as particularidades, opiniões, potencialidades e valores de cada pessoa.

Durante o período de pesquisa realizada nas escolas de Ensino Fundamental I e II, observou-se que a equipe de professores consegue realizar atividades riquíssimas de aprendizagem, mas durante essas interações pedagógicas há fatores que dificultam um ambiente harmonioso de trabalho que de certa forma dificulta a excelência do ensino que tanto busca o professor no cotidiano complexo do ensino.

Baseado nessas premissas, dialogando com professoras destes estabelecimentos de ensino sobre as relações interpessoais entre a equipe docente diagnosticou-se que são muitos os fatores que dificultam a convivência norteada pela confiança e respeito. Destacamos desta forma, posturas negativas de alguns colegas, a falta de respeito das normas que norteiam a escola, a falta de ética profissional, o espaço restrito para promoção da resolução dos problemas de

relacionamento entre os professores, a falta de comunicação entre ambos e o individualismo.

As professoras X, Y, W e Z destas instituições de ensino enfatizam bastante esses problemas de relação pessoal, conforme subscreeve-se a seguir:

Acredito que a falta de Respeito e Diálogo para com o outro. E isso é gravíssimo! Onde não há respeito, não há como ter uma interação sadia, entre ambos. Tudo isso dificulta o processo do Desenvolvimento Educacional (Professora X)

A falta de comunicação de alguns profissionais prejudica o andamento das relações distanciando assim, alguns professores do outro, pois muitos se fecham no seu mundo impedindo o diálogo (Professora Y).

A falta de ética é um dos principais fatores que dificulta a relação interpessoal entre os professores e demais profissionais desta instituição de ensino fazendo com que o trabalho não seja realizado com eficácia (Professora W).

Acredito que ainda falta algo para que essas relações sejam completas, talvez a falta de companheirismo entre os colegas (professores) é a principal falha, isto faz com que as relações não sejam harmoniosas, claro que há boas relações, mas sempre há uma lacuna a preencher (Professora Z).

De acordo com essas abordagens, apesar da busca de alternativas para a resolução s atitudes que prejudicam a relação desses profissionais da educação, percebe-se que a cada dia, torna-se muito difícil devido alguns costumes e concepções de alguns educadores. Pois quando acontecem situações problemas, são realizadas reuniões ou conversas individuais para que através do diálogo possa fluir a consciência do nosso trabalho para encontrarmos o sentido emocional e nos sentirmos motivados ao realizarmos nossas tarefas, pois nada como alguém feliz seu ambiente de trabalho.

Compreende-se que nesta situação o coordenador pedagógico vai precisar ter muita habilidade e competência para fazer essa intervenção, precisa ser cauteloso, saber ouvir, saber dialogar para mediar e transformar esse espaço escolar em um ambiente favorável a um trabalho de equipe onde a confiança permeie todo o processo de ensino.

4.4 As relações interpessoais entre professores e alunos

As constantes mudanças na sociedade gera novos desafios, demandas, instrumentos facilitadores e também inúmeros obstáculos no contexto

escolar, e um dos principais desafios encontrados pelos educadores, gestores educacionais e demais profissionais da escola está no comportamento do aluno, manifestadas por atitudes inadequadas, conflitos diretos com colegas de sala de aula e com professores, transgressão de regras, violação dos direitos alheios assim como outras manifestações anti-sociais, sendo estas uma das maiores preocupações da escola contemporânea.

Segundo Bezerra e Batista (2007) relatam que a relação entre professores e alunos deve ser uma relação dinâmica, como toda e qualquer relação entre humanos. Na sala de aula, os alunos não deixam de ser pessoas para transformar-se em coisas, em objetos, que o professor pode manipular, jogar de um lado para o outro. O aluno não é um depósito de conhecimentos memorizados que não entende, como um fichário ou uma gaveta. O aluno é capaz de pensar, refletir, discutir, ter opiniões, participar, decidir o que quer e o que não quer. O aluno é gente, é ser humano, assim como o professor.

É importante que neste processo de ensino, que a escola conheça as causas e consequências desses problemas, para que então, possa buscar soluções, minimizar e disseminar este desajuste na relação existente no interior da escola.

No contexto escolar, essa relação deve ser construída a partir da aplicação de uma disciplina que permita a construção e desconstrução de paradigmas, sem infringir as leis que regulamentam a convivência social e escolar, proporcionando aos estudantes o desenvolvimento do senso crítico e participativo da convivência interna e externa da escola pautada no debate, na reflexão para uma educação transformadora que conduza ao benefício permanente do cidadão e da sociedade. Como estabelece a Lei nº 9394/96 no seu art. 2º, no item dos Princípios e Fins da Educação Nacional “A educação, dever da família e do Estado inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, a educação é dever da família e do Estado, sendo que esta deve ser aplicada numa perspectiva de liberdade imprescindível no processo de ensino aprendizagem promovendo o exercício da cidadania do educando, sem podar seu senso crítico, educando-o para ser participante e coautor de sua cidadania.

Nessa direção, a coordenação pedagógica junto a direção escolar e educadores precisam compreender suas múltiplas e complexas causas, no entanto o que observa-se nas escolas que atuam é a dificuldade que os professores e diretores escolar têm em lidar com os vários casos de indisciplina que ocorrem nas relações pedagógicas de sala de aula, não se atentando para as questões da diversidade, heterogeneidade do aluno. Entretanto, mesmo que de forma ainda lenta, muitas intervenções com ajuda da coordenação pedagógica tem sido efetivadas na valorização do aluno respeitando sua diversidade e buscando a construção de uma relação para o respeito a heterogeneidade escolar através da reflexão, discussão dos determinantes, consequências e investigações na perspectiva de amenizar esse entrave para a qualidade de ensino, assim como também, a formação do cidadão capaz de lutar e contribuir para um mundo mais justo e solidário no resgate da auto estima do discente.

Em todo ambiente de trabalho é necessário ter qualidade de vida, não sendo diferente no cotidiano escolar, que para sua eficácia na aprendizagem é preciso que as pessoas se sintam bem. Descortinando por esse caminho, ressalta-se que durante as observações realizadas nestas escolas, as relações com estes personagens (professor-aluno) variam de acordo com a forma de trabalho de cada educador e das características de cada aluno, de cada ano e nível de ensino. Ao se referir ao Ensino fundamental I (1º ao 5º ano) embora complexa, pode-se destacar uma relação pautada em um educador com posturas e métodos que proporcionam o prazer dos alunos em aprender e gostar de estar na escola, a partir do diálogo, motivação para um aprender com valores importantes para o desenvolvimento cognitivo e comportamental do ser humano, no colocar-se no lugar do outro, ou seja, sempre compreendendo as particularidades dos educandos.

Apesar de todo esse trabalho, pensado sempre para o aluno, respeitando sua singularidade, com uma afetividade intensiva, hora e outra, aparece conflitos entre o professor e o aluno, isto porque, nessa heterogeneidade de sala de aula, encontramos situação de violências físicas entre as crianças, falta de interesse pelo estudo e falta de acompanhamento da família, que sem muito sucesso nas suas ações em resolver, acabam se chateando e isso faz com que ambos tenham momentos de empatia. A maioria dos casos mais complexos é socializado à equipe diretiva, para que de forma dialogada com o aluno individualizado e/ ou com a

família possa ser solucionado. E ainda, quando necessário o apoio do psicólogo para intervenção com o professor, com o aluno, com a família e se necessário à equipe diretiva para nortear a todos como lidar com a situação problema vivenciada.

Tratando dessas questões, nos relatos dos alunos nas entrevistas realizadas, constata-se que, a escola, o lugar onde aprendemos e fazemos amigos, a relação com seus professores são construídas pelo respeito e atitudes afetivas, conforme as citações dos alunos da escola do ensino fundamental I e II entrevistados:

“Gosto muito dos momentos de descontração com minhas professoras e também me sinto satisfeito pelas minhas dúvidas serem esclarecidas. Gosto muito dos meus colegas, só não gosto de brincadeiras de mau gosto” (Ensino Fundamental I).

“Minha relação com meu professor é uma relação de família de boas amizades e conquistas” (Ensino Fundamental I).

“Com meus professores eu mantenho um relacionamento estável” (Ensino Fundamental II).

“É boa, pois sempre tento manter uma relação de amizade” (Ensino Fundamental II).

Mediante estes relatos, é evidente que há uma relação muito boa entre os professores e alunos, pois nada melhor do que o expressar dos alunos para compreendermos a importância do educador proporcionar ambientes agradáveis dos propícios para os alunos aprender pelo amor, respeito, reciprocidade do aceitar o outro na busca do aprender.

Outras abordagens interessantes da maioria dos alunos entrevistados é que apesar de algumas vezes se sentirem rejeitados pelo professor, isto de forma alguma afetou sua aprendizagem e outros, dizem nunca terem se sido rejeitados e que se isso vier a acontecer têm certeza que não serão prejudicados.

Nesse panorama, na escola de ensino fundamental II, a relação de sala de aula é difícil, pois devido as drogas, as repetências e a falta de interesse por grande quantidade de alunos geram momentos de conflitos entre os professores e alunos, pois situações como essas, vão além das estruturas emocionais do aluno e conseqüentemente dos professores, causando a saída do aluno da sala de aula, ficando nos corredores da escola quando não percebido pela direção escolar.

Para melhorar essa relação no objetivo de ter uma aprendizagem significativa a professora de língua portuguesa ressalta:

Ainda vejo a sala de aula como um espaço de melhoria para haver essa relação. Embora que muitas vezes falta conforto para chegarmos a ter um ensino de qualidade. Consigo ofertar a eles, através dos projetos de Leitura que realizo, atividades realizadas no pátio da escola, que é um âmbito amplo e que possamos desenvolver atividades lúdicas, interativas para sentirem à vontade e com liberdade de expressão para o melhor desenvolvimento na oralidade, postura e comunicação diante de um público a ser atingido. Ainda, no Projeto tem um espaço que é a Rádio Escolar (Oralidade no ar) que oferto a eles a oportunidade de melhorarem a comunicação, o prazer pela leitura e se desenvolver durante o processo de ensino-aprendizagem.

E ainda, sobre a importância da relação interpessoal no espaço escolar enfatiza:

É de extrema importância para a relação educativa do discente e de ambos envolvidos nesse contexto. Essas relações estabelecem a construção do conhecimento na formação não apenas pedagógica, mas para a formação profissional do educando para futuramente ser inserido no mercado do trabalho. E essa relação é de dependência, pois uma depende da outra, sendo esta uma relação de reciprocidade, porém, o aluno só se desenvolve quando aprende e isso só conseguirá se tiver como referência o seu professor enquanto educador e motivador, tendo os valores de cumplicidade, ajuda e humildade e, assim ambos conseguem enquanto seres humanos desenvolver suas aptidões.

Por outro lado, a professora do ensino fundamental I se referindo a esta interação com o aluno diz *“que alguns educadores não conhecem de forma verdadeira o aluno que está envolvido no processo educativo, muito menos o contexto social que ele está inserido”* assim como também ressalta que *“Muitos alunos estão sem limites, a ponto de não respeitar os colegas e demais profissionais comprometendo a qualidade do ensino”*.

Nesse cenário de conflitos no espaço escolar, a coordenação pedagógica de forma coletiva, mesmo com muita resistência de alguns profissionais, cria espaços para refletir e mediar os problemas de relação na sala de aula e as práticas de violências buscando uma visão clara sobre a necessidade de uma intervenção pedagógica que visando não a repressão, o autoritarismo e o constrangimento, mas sim estimular para uma educação autônoma e libertadora. Os problemas dessas relações interpessoais na sala de aula precisam ser também utilizados como forma de levar o aluno a refletir sobre os seus atos e poder de forma participativa construir saberes positivos para mudança de comportamento.

4.5 As relações interpessoais entre os alunos

A escola enquanto espaço de sociabilidade engloba uma diversidade de relações interpessoais com comportamentos favoráveis ao ensino, assim como também, os não favoráveis que dificultam o processo.

Ensinar para uma formação de valores morais é preciso que a busca do conhecimento seja mediada pela troca de atitudes afetivas e formação da identidade dos alunos.

Com base nessas reflexões, faz-se um paralelo entre a realidade atual da relação entre os alunos existente na escola, que acaba durante o processo de ensino afligindo no desenvolvimento do conhecimento. Nesse universo surgem situações de violências (bullying, brigas, xingamentos...) entre os alunos nos diversos níveis de ensino aqui enfatizados.

Nesta escola, as relações entre os alunos na sala de aula, são construídas esporadicamente de forma bastante complexa, pois há falta de tolerância entre eles, ou seja, os alunos não conseguem no seu dia-dia perdoar o colega que, sem querer, pisou seu pé, derrubou o colega, pegou algo sem permissão e assim sucessivamente.

No contexto desta instituição escolar, há algumas crianças e jovens que não se respeitam, brigam por qualquer motivo, sendo que é frequente a presença de alunos na diretoria para dialogar e orientá-los, com a presença da gestão escolar, coordenação pedagógica e quando necessário, com professores, pais e/ou responsáveis dos alunos. Esta realidade é uma das preocupações da equipe diretiva e professores, mas por meios de projetos pedagógicos que o fazem protagonistas do seu próprio conhecimento, vêm trabalhando com o aluno valores indispensáveis para sua formação e convivência com o próximo na paz, na harmonia, respeito recíproco e valorização do próximo.

Melhorar as atitudes de agressividade entre os alunos na escola, não é tarefa fácil, assim como não está sendo fácil em nossas escolas, mas acredita-se que a escola apesar das intervenções realizadas, precisa organizar um currículo que atenda os interesses das crianças e jovens, assim como, desenvolva competências e habilidades socioemocionais.

As experiências das relações interpessoais entre os alunos vivenciadas na escola precisam ser fortalecidas, mas os alunos por sua vez, pela sua própria

característica de ser criança e adolescente, têm dificuldade de um aceitar o outro, sempre apelidando os colegas, com frequência uso de atos de discriminação e preconceito que só vem a tornar o ambiente escolar um palco de desentendimentos negativos à cultura de conhecimento que se quer alcançar.

A coordenação pedagógica, gestão escolar e professores em seus encontros para discutir e refletir sobre os constantes problemas de relacionamento entre os educandos que vêm dificultando a aprendizagem destes e até mesmo dos outros colegas, mostram suas preocupações desses comportamentos em ambas as escolas. Crianças e jovens com esses comportamentos agressivos parecem não ter domínio dos pais, sem limites e desta forma mais difícil fica para a escola fazer as intervenções necessárias. Com essas características, não resta dúvida que, a coordenação pedagógica, como mediadora, articuladora e transformadora do espaço escolar, junto aos demais colegas da escola e família um grande desafio na comunidade escolar.

Por muitas vezes a escola, sente a necessidade de buscar parceria não só com a família, mas também com o conselho tutelar e psicólogo no sentido de buscar alternativas de forma dialogada com o educando e este, nessa reconstrução de entender a si mesmo, possa adotar posturas mais amigáveis, saudosas e construtivas.

É importante nesse sentido, que o coordenador pedagógico ofereça um espaço de reflexão também juntos aos alunos, para que este em prol do bem comum consiga nessa mudança de comportamento conviver buscando a amizade, o amor, o respeito, a solidariedade e outros requisitos para o bem estar escolar, pessoal e social.

Segundo Sousa e Sílvia (2008) diante dos conflitos é necessário que a escola desenvolva ações preventivas e curativas no intuito de tornar as relações e o ambiente escolar harmonioso, por meio da prática do diálogo e da mediação dos conflitos. Desse modo a mediação de conflitos na escola se apresenta como uma proposta de pacificação, oferecendo aos sujeitos envolvidos no conflito a possibilidade de solucioná-lo ou amenizá-lo por intermédio de ajuda especializada.

Nessa interação social conflitante entre os alunos, entende-se que o coordenador pedagógico precisa considerar várias situações que desenvolva habilidades sociais e atitudes de solidariedade quando ocorrer as desavenças entre os alunos, seja na sala de aula, seja em qualquer espaço escolar. Nesses casos o

coordenador como mediador deverá ser um bom ouvinte, ser imparcial e ter habilidade para estabelecer diálogo entre os envolvidos.

Mesmo com todo o trabalho desenvolvido pela equipe escolar para amenizar esses problemas de relacionamento interpessoal, o caminho é árduo e complexo devido à própria diversidade da vida cotidiana de cada aluno, assim como das questões socioeconômicas dos alunos. Porém, é pertinente dizer que buscar, pesquisar, compreender e analisar de forma comprometida pela equipe escolar a solução dos problemas de relação poderá com certeza aumentar a relação interpessoal entre coordenação pedagógica, gestores e professores fortalecendo a convivência solidária, equilibrada e humana no espaço escolar e, desta forma, oferecer aos alunos um ambiente prazeroso para o ensinar e aprender.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário da educação brasileira pautada em uma gestão democrática e participativa, fortalece nos espaços escolares com a função triplica de mediar, articular e transformar junto com a gestão escolar, o profissional Coordenador Pedagógico, que em suas múltiplas funções no cotidiano escolar vem construindo sua identidade profissional e definindo seu perfil e espaço de trabalho.

O coordenador pedagógico, diante de todas as demandas existentes na escola, e esta como espaço social resulta em uma diversidade de relações entre os atores da comunidade escolar, deve está comprometido com um trabalho coletivo que visa à qualidade do ensino.

As pesquisas e reflexões aqui apresentadas contribuíram para conhecer as várias formas de relações interpessoais existentes nas escolas municipais elencadas, e nesse contexto, identificar o nível de relação existente entre a equipe diretiva da escola e educadores, educadores entre educadores, educadores e alunos, alunos e alunos, assim com os demais profissionais da escola. Dentro dessas premissas detectou-se que a escola enfrenta sérios problemas de relação interpessoal nas mais diferentes formas de relacionamento proporcionado no espaço escolar.

Mediante as observações e relatos dos professores, alunos e gestão escolar explicita-se que os maiores fatores que impedem um convívio mais harmonioso na escola está na violência física e bullying entre os alunos, estes com grande frequência na escola. Mas o que chamou bastante atenção são as relações existentes entre a gestão escolar e professores assim como de professores para professores, isto porque são as referências dos nossos alunos e conseqüentemente para as famílias que confiam a educação dos seus filhos nas mãos desses profissionais, haja vista serem responsáveis pela formação do caráter e personalidade dos educandos.

Ainda, dentro dessas premissas, ao relatarem que falta comunicação entre esses profissionais, falta de ética, individualismo na relação profissional das duas escolas entende-se que são fatores gravíssimos dentro de uma instituição de ensino, entretanto, precisam ser trabalhadas coletivamente para que juntos amenizem ou

solucionem esses problemas buscando assim um clima de paz e bem estar no cotidiano escolar para uma aprendizagem de qualidade e desta forma a escola cumprir com responsabilidade seu verdadeiro papel na sociedade na qual está inserida.

Estabelecendo o clima favorável entre os profissionais de educação nestas instituições, acredito que agora sim o grupo terá condições emocionais para lidar com os problemas de relacionamento entre os alunos, principalmente por saber que é na sala de aula que acontecem os maiores conflitos com os próprios colegas e reflete na ação de educar de forma não favorável à aprendizagem.

Dentro desses pressupostos, é importante salientar que há um trabalho realizado por essas escolas junto à coordenação da SEMED para prevenir e fortalecer os laços de amizade na escola, e também a parceria, mesmo que em pequena frequência com as famílias e outros profissionais da saúde quando necessário.

Reforça-se aqui, a ação do coordenador pedagógico na figura do supervisor pedagógico desta escola, com realização de mediações conjuntas com gestão escolar, professores, psicólogo e Secretaria de Educação objetivando o enfrentamento dessas demandas conflituosas no cotidiano escolar, no sentido de dar condições emocionais necessárias para que todos possam construir conhecimento em um ambiente tranquilo, seguro, harmônico e com valores morais necessários para a formação do cidadão. Principalmente, as crianças e adolescentes que em maioria sofrem a exclusão social.

Acredita-se ainda que, o coordenador pedagógico no desafiante trabalho escolar, no que se refere à relação interpessoal, para estabelecer o ambiente favorável de convivência escolar deverá trabalhar para desenvolver a sensibilização do ser para consigo e para com o outro, e com uma gestão descentralizada, buscando um fazer pedagógico participativo e democrático.

Em suma, este trabalho oportunizou-se o descortinar para um trabalho educativo pelo profissional Coordenador Pedagógico focado na humanização, na convivência do respeito à diversidade, no bem estar de toda a comunidade escolar, a partir daí, construir espaço de conhecimentos recíprocos da amizade, do amor, do querer bem e valores para a convivência fraterna. E por outro lado, com esta

pesquisa e reflexões proporcionará outras pesquisas para essa inesgotável arte da relação humana nas escolas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jaqueline: O papel da escola na sociedade contemporânea: Desafios e possibilidades. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-papel-da-escola-na-sociedade-contemporanea-desafios-e-possibilidades/119040/#ixzz4NID9vDaO>

AZEVEDO, F. de. A transmissão da cultura: parte 3. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

AZEVEDO. Fernando de: Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

AGUIAR, Lilian Maria Martins De. "Educação na Idade Média": *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/educacao-na-idade-media.htm>>. Acesso em 02 de setembro de 2016.

AUGUSTO, Silvana. Desafios do coordenador pedagógico. Nova Escola. São Paulo, n.192, maio 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0192/>. Acesso em: 27 de julho 2008.

BRAGA, Kaires: Educação Antiga Medieval; Universidade Estadual Vale do Aracaju-UVA- 2012. Disponível em <http://pt.slideshare.net/kaires/educacao-medieval>.

DUARTE, Berenice Soares: Relação interpessoal: desafio a ser enfrentado na Escola Municipal Vereador José Odete; Universidade Federal do Tocantins. Escola de gestores – 2010- Palmas/TO.

BEZERRA. Ana Cléa Bentes; BATISTA, Virgilina Fernandes da Silva. Repensando o relacionamento interpessoal professor e aluno no cotidiano escolar. Psicopedagogia on line: Educação e Saúde mental. Publicado em 18/04/2004. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=531>, pesquisado em: 16/10/07

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce: História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização; Acta Scientiarum. Education, vol.34, núm.2, Julio-diciembre, 2012, pp.157-168- Universidade Estadual de Maringá- Paraná, Brasil. Disponível em www.redalyc.org/articulo.oa?id=303325733002

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada até 8/6/2016

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA. Porto Alegre: CRESS, 2000.

BRASIL. Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. 1988. São Paulo: 2005.

CARVALHO, Frank V: Os jesuítas e a Educação no Brasil Colônia; Filosofando. Jun/2011. Disponível em <http://frankvcarvalho.blogspot.com.br/2011/06/os-jesuitas-e-educacao-no-brasil.html>.

DIAS, Adelaide Alves: A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos ; Editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Edivânia Paula Gomes de; SANTOS, Leandra Silva; AZEVEDO, Meiryllianne Suzy Cruz de: Análise da atuação do professor conforme o Rátió Studiorum; II CONEDU-Congresso Nacional de Educação. Disponível em: www.editorarealize.com.br/.../TRABALHO_EV045_MD1_SA3_ID1884_080920151.

FARIAS, Luciano Meneses. Os desafios de estar coordenador pedagógico na atualidade. Publicado em: 22 out 2010. Disponível em: http://www.cefaprocaceres.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=342:coordenacao&catid=40:artigos&Itemid=174 Acesso em: 27 fev 2011. Leia mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-coordenador-escolar-e-a-gestao-democratica/61291/#ixzz4Jtnr3NbR>

GÓMEZ, A. I. P. A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GODOY, Célia: Gestão de conflitos: o papel do coordenador pedagógico; disponível em www.fururoeventos.com.br.

HANZE, Amélia: Escola Nova e o movimento de Renovação do ensino; Gestão educacional, 2009. disponível em <http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>

IVIC, Ivan. Lev Semionovich Vygotsky / Ivan Ivic; Edgar Pereira Coelho (org.) – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 140 p.: il. – (Coleção Educadores) Inclui bibliografia.

KEMBO, Felipe Simão: A escola como espaço relacional; 2014; Disponível em; <http://pt.slideshare.net/FilipeSimoKembo/a-escola-como-espao-relacional>.

MACHADO, Suelen Fernanda; TERUYA, Tereza Kazuko: O manifesto de 1932 e as repercussões na formação de professores da rede pública de ensino. Disponível

em;www.histedbr.fe.unicamp.br/.../O%20MANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20...

MADJAROF, Rosana: Direito e educação: o direito romano. Disponível www.mundodosfilosofos.com.br/artigos.htm

MARROU, Henri-Irène: História da Educação na Antiguidade. 4ª ed. São Paulo E.P.U, 1975.

MANACORDA, Mário Alighiero: História da educação: da antiguidade aos nossos dias; São Paulo, Cortez, 1992, 5ª edição.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s):construindo caminhos. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 23, mai/jun/jul/ago, 2003.

MARTINELLI, Selma de Cássia; SHIAVONI, Andreza. Estudo faz análise das relações interpessoais na escola; Estud.pricolo. (Campinas[Online] percepção do aluno sobre sua interação com o professor e Status sociométrico; 2009; vol. 26. Nº 3. Scielo Brazil.

NELI, Vladislau de Sousa: O coordenador escolar e a gestão escolar; Salvador; fev. 2011. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/o-coordenador-escolar-e-a-gestao-democratica/61291/>

NEGRÃO, Ana Maria Melo: Resenhas; in Revista Brasileira de Educação. nº.14 Rio de Janeiro, May/Aug. 2000. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000200010

NOGARO, Arnaldo: A escola como espaço de aprendizagem; 2005; Disponível em [:www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/913.doc](http://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/913.doc).

OLIVEIRA, Jane Cordeiro de: Um estudo sobre o coordenador pedagógico: sua identidade, seu trabalho e formação continuada no cotidiano escolar;2009. Disponível em:www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14328/14328_4.PDF.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes: O papel do coordenador Pedagógico no cotidiano escolar: Revista Científica do Centro do Ensino Superior Almeida Rodrigues- Ano 1-edição 1-Janeiro de 2013.

ORSOLON, Luzia A. M. O coordenador/ formador como um de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza(Org.) **O Coordenador Pedagógico e o espaço de mudança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PAES, Marina: A história de como surgiram as escolas no Brasil; Disponível em: http://intra.vila.com.br/sites_2002a/urbana/marina_paes/historico_da_educacao.htm

PUGINA, Lauany: Escolanovismo; 2009; disponível em; <http://www.webartigos.com/artigos/escolanovismo/22754/>.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro: Reforma Pombalina da Educação reflexos na educação brasileira; Fasc.7; Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro: Nos mares da história da educação e legislação educacional; Fundamentos sócio-filosóficos da educação; Fasc. 04; Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

REIS, Valdirene: A educação Romana na antiguidade ; 08de junho de 2009; disponível em valreisnane.blogspot.com.br/2009/06/educa%C3%A7%C3%A3o-romana-na-antiguidade.html.

Revista Brasileira de Educação: resenhas. FRANCA S.J., Leonel. O Método pedagógico dos jesuítas: "*Ratio Studiorum*": Mai/Jun/ Agosto 2000 1N1º3 1 4.

Revista Espaço Acadêmico: Um breve passeio pela história da educação- Nº 29, 2003-Mensal- INSS15196186.

Revista de educação do IDEAU: Relações interpessoais: a construção do espaço artesanal no ambiente escolar; Vol. 8 – Nº 18 - Julho - Dezembro 2013.

RODRIGUES, Lidiane gomes: A importância do trabalho do coordenador pedagógico no processo de motivação do professor. Professor motivado, alunos estimulados. Disponível em coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/.../Versao_Aprovada_TCC_Lidiane.docx

SANTOS, André Michel dos: A educação no contexto brasileiro: dificuldades e desafios encontrados pelas escolas n atualidade; Partes, a sua revista virtual, 2008.

SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: AR-TMED, 2000.

SACRISTÀN, J. Gimeno GOMÈZ, A. I. Peréz. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do Século XX. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea)

SILVA, Elaine Aparecida. Relações Interpessoais no Ambiente Escolar. Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 10 - 18, 2008.

SOARES, Danilo Sena; Relações interpessoais: convivência humana na escola; blog oficial da Escola Estadual Professor Leônidas de Castro Serra; 2012. SOUSA, Maria das Graças Mendes de; SILVA, Viviane Farias; Mediação de conflitos na escola; Universidade Católica de Brasília; Taguatinga-DF; 2006.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; Relações interpessoais na formação de professores; Edições Loyola –São Paulo, Brasil, 2004.

PIRES, Sônia Aparecida da Silva de Lara; Um olhar fenomenológico no exercício do poder das relações interpessoais nas instituições escolares- O gosto amargo do mel; Paco-Editorial. Jundiaí, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11ªed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

ANEXO

QUESTIONAMENTOS DA ENTREVISTA.

Segmento professor e gestão escolar.

- 1- Qual a importância das relações interpessoais no ambiente escolar ?
- 2- Como você avalia a relação interpessoal na escola entre os colegas professores, professores e alunos, alunos e alunos, assim como os demais funcionários?
- 3- Quais os espaços ofertados pela escola que promovem relações interpessoais positivas para melhorar a qualidade de ensino desta escola?
- 4- Quais são as atitudes mais frequentes que vem prejudicando as relações interpessoais nesta instituição?
- 5- Que tipo de intervenções têm sido realizada pela escola para melhorar as relações interpessoais na escola. (caso haja situações)?

Segmento aluno.

- 1- A escola é um lugar onde aprendemos e fazemos amigos. Como é sua relação com seus professores? E seus colegas?
- 2- Você alguma vez se sentiu rejeitado por seu colega ou professor?
Caso já tenha acontecido, essa atitude prejudicou em sua aprendizagem?
- 3- Durante sua participação na sala de aula já teve dificuldades de se relacionar com seus colegas ou professor? Por que?
- 4- Você, em algum momento, mudou seu comportamento em sala de aula devido ter problema com um professor, colega ou outros funcionários da escola?